



PROLETÁRIOS  
DE TODOS  
OS PAÍSES  
UNI-VOUS

# A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - nº 188 - 17 de maio de 2000 - R\$ 1,00



## Escalada autoritária de FHC

LUIZ CARLOS ANTERO

**E**m sua escalada autoritária, Fernando Henrique agora passa a apostar na reforma política, agindo cada vez mais à base de ameaças. Após arrancar a vitória nas questões essenciais às metas acordadas com o FMI, apascentar o PSDB e esgotar o alimento para o apetite fisiológico dos governistas, ameaçou retirar o que já deu (cargos nos diversos escalões e emendas orçamentárias, em especial) para garantir a aprovação do mínimo de R\$ 151,00. Mesmo aprovado sob pressão, o salário de fome de FHC ainda teve 185 votos contrários na Câmara, e 20 no Senado. Os parlamentares que desafinaram o coro do Planalto agora amargam retaliações no Diário Oficial, sob o tratamento diferenciado para os "infiéis".

A votação do salário mínimo no Congresso representou o mais simbólico coroamento da comemoração dos 500 anos do descobrimento, articulada ao resgate dos ritos repressivos seculares do colonizador. O presidente redesenhou um organismo de informação e, pelas mãos do secretário de Comunicação do Palácio do Planalto, Andrea Matarazzo, impediu a transmissão de entrevista com o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, pela rede pública de TV.

### Pavimento da ditadura

Fernando Henrique pretende reduzir "ao máximo o grau de incerteza sobre questões pertinentes à segurança pública". Quer gerar um "canal de informações integrado". Com isso, recria organismos da ditadura militar, a exemplo do Sistema Nacional de Informações (SNI), que mantinha uma rede integrada em todo o país, unindo as três esferas de poder e todos os ministérios, com as Divisões de Segurança e Informações (DSIs).

FHC, que já conta com a

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criou agora o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, alegando o objetivo de "coordenar e integrar as atividades de inteligência em todo o país". Está assustado com a politização do movimento popular e com as ondas grevistas em setores essenciais, como aconteceu com os caminhoneiros – responsáveis pela via mais importante do abastecimento interno.

Durante o debate sobre o salário mínimo, Fernando Henrique manteve refém, no Palácio do Planalto, o Orçamento Geral da União (OGU) já aprovado pelo Congresso. Vitorioso, liberou o OGU com o veto à prioridade de verbas suplementares para a Saúde, que atribuiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) recursos de R\$ 1 bilhão, como estabelecia a Lei Orçamentária aprovada pelos parlamentares. Outro veto elimina a obrigação de enviar um relatório mais detalhado sobre a execução das metas fiscais.

### Contabilidade mesquinha

De acordo com o Orçamento, o governo terá de alcançar um superávit primário (economia de receitas para o pagamento de juros) de R\$ 29,3 bilhões. Foi mais uma decisão determinada pelos juros pagos na ciranda financeira, que internamente superam os R\$ 10 bilhões mensais. A diferença entre o mínimo proposto (R\$ 177,00) e o aprovado (R\$ 151,00) corresponde ao valor de uma semana de juros dessa dívida...

O setor público é o maior devedor do INSS. São cerca de R\$ 7 bilhões, que equivalem a 15% do débito dos 50 mil maiores devedores do país, algo em torno de R\$ 47 bilhões. A mesquinha contabilidade do governo é realçada também no campo da impunidade, onde surge mais uma revelação, ou melhor, ocultação: depois do desaparecimento do processo que envolve o rombo de R\$ 5,3 bilhões do Banco Nacional,

agora sumiram do próprio Banco Central 15 pastas que poderiam comprovar as fraudes bancadas pelo Proer.

No exato dia em que foi aprovado o novo salário mínimo, a Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de apreciar a medida provisória que alterava o Código Florestal Brasileiro aprovou o projeto de conversão apresentado pelo relator, deputado Mocir Micheletto (PMDB-PR), da bancada ruralista. Os donos das propriedades rurais da Amazônia poderão desmatar bem mais, declinando as reservas florestais de 80% para 50%, com a redução para 35% quando se tratar de área coberta por cerrado no Acre, Amapá e Amazonas, mantido o limite de 20% no Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás. Pelo menos na Comissão, a decisão sobre o projeto fez parte da barganha para a aprovação do salário que interessava ao governo.

### Reforma antidemocrática

A próxima meta declarada de FHC está em curso. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei que institui o sistema de lista fechada (apresentada pelos partidos) nas eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e vereadores). O voto na lista fechada, escolhida em convenção, definirá o número de vagas de cada partido na eleição. A partir daí, 50% das cadeiras serão preenchidas pelos nomes que constam da lista fechada e a outra metade será preenchida de acordo com a votação dos candidatos de outra lista, aberta.

Para o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a CCJ está promovendo a reforma do sistema político-eleitoral, pois já aprovou o projeto que proíbe as coligações nas eleições proporcionais e o que institui a cláusula de desempenho dos partidos políticos. A matéria está na Câmara.



### O grito democrático em Minas

Contrastando com a repressão ao movimento democrático e popular do governo de Fernando Henrique, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, comandou uma festa democrática, dia 29 de abril em Ouro Preto. O ato político, com a presença de João Amazonas, Lula, diri-

gentes da UNE, UBES, MST e personalidades democráticas marcou a unificação das comemorações do 1º de Maio e do Dia da Inconfidência. FHC foi comparado a Joaquim Silvério dos Reis, o delator de Tiradentes.

Leia na página 4

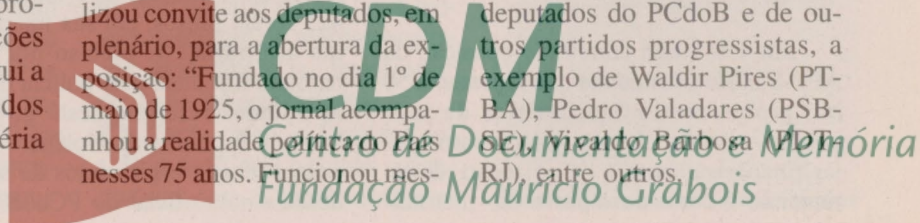
## Encarte especial conta os 75 anos d'A Classe

A exposição relativa aos 75 anos d'A Classe Operária – jornal do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – permaneceu durante uma semana no hall do Anexo III da Câmara dos Deputados, despertando a curiosidade dos transeuntes – parlamentares, servidores e visitantes do Congresso. O líder da bancada do PCdoB, deputado Sérgio Miranda, formalizou convite aos deputados, em plenário, para a abertura da exposição: "Fundado no dia 1º de maio de 1925, o jornal acompanhou a realidade política do País nesses 75 anos. Funcionou mes-



mo nos períodos da mais dura clandestinidade, levando a opinião da direção do Partido Comunista do Brasil. Nesta exposição, veremos o claro cenário da situação política do País neste século. Então, convido os parlamentares a comparecer e apreciar essa exposição sobre os 75 anos do jornal

"A Classe Operária". Na abertura da exposição, estiveram os deputados do PCdoB e de outros partidos progressistas, a exemplo de Waldir Pires (PT-BA), Pedro Valadares (PSB-SE), Miranda Bernardo (MST-RJ), entre outros.



## NACIONAL



Manifestantes reprimidos na festa dos 500 anos

## Vexame internacional

**A** celebração oficial dos 500 anos de "descobrimento", patrocinada pelo governo FHC, não foi uma festa, foi um triste vexame. Com medo do povo, o presidente mobilizou sua eminência pará, o general Alberto Cardoso (chefe da Casa Militar), que armou, com a PM baiana, uma verdadeira operação de guerra em Porto Seguro contra índios, negros e camponeses sem terra. O saldo foram 141 manifestantes presos e 65 feridos.

A "festa" de FHC não deixou de transcorrer bem ao gosto das elites: sem negros, sem índios e sem trabalhadores. Um emblema do passado colonial e escravocrata. Sintomaticamente, o mesmo FHC simplesmente relegou ao esquecimento o 21 de abril, "Dia do Tiradentes", uma das maiores expressões da luta dos brasileiros em defesa da independência e da dignidade nacional.

O deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA) denunciou que a "violência desfechada pelo governo federal contra diferentes grupos que tencionavam realizar manifestações pacíficas foi de uma brutalidade, de um simbolismo e de uma gravidade que

comprometem o governo de FHC. Desde a noite do dia 21, a senadora Marina Silva, o deputado José Dirceu e eu próprio, dois deputados estaduais baianos, Alice Portugal e Zilton Rocha, três bispos da Igreja Católica, D. Franco Macerdoti, presidente do Cimi, D. Tomás Balduino e D. Heriberto, e mais, advogados, inclusive um representante do Conselho Federal da OAB, o Dr. Paulo Guimarães, e outras pessoas, todos nos empenhamos, até a madrugada do dia 22, para que a PM/BA, encarregada da 'operação 500 anos', liberasse as dezenas de ônibus apreendidos nas barreiras próximas a Porto Seguro. Nada conseguimos."

O parlamentar comunista destacou que a "festa dos 500 anos em Porto Seguro, montada para dar uma falsa demonstração de entusiasmo do povo em torno do presidente FHC, foi um fracasso. O povo e as liberdades foram golpeados, como na época da ditadura militar, mas o presidente ficou acuado, sem poder sair de lugar algum, com medo do povo, contra o qual mobilizara seis mil policiais, três helicópteros e quatro fragatas da Marinha."

## Paraná é campeão em violência contra sem-terra

**A**ntônio Tavares Pereira, 38 anos, casado, pai de 4 filhos, agricultor sem-terra. No dia 3 de maio Antônio encontrou a morte quando o ônibus que o levava a uma manifestação promovida pelo MST, em Curitiba, foi impedido de prosseguir ao seu destino final por uma barreira policial, na BR 277. Ao retornar para o local de origem, o ônibus de Antônio interrompeu seu trajeto e se juntou ao comboio do MST que estava parado no sentido oposto, obstruído por outra barreira, fortemente armada.

Antônio desceu do ônibus e começou a protestar. Foi mortalmente ferido por uma bala de chumbo. Socorrido por um motorista que passava pelo local, o agricultor foi levado para um hospital em Curitiba, onde faleceu horas depois.

A morte do trabalhador sem-terra consagra uma nova característica do governo Jaime Lerner (PFL): além de ser considerado um laboratório de reformas neoliberais, o governo Lerner ganha o título de laboratório de repressão aos movimentos populares. Ao barrar os manifestantes na estrada com o argumento de que haveria ocupações dentro da capital, o Executivo paranaense deu um notável exemplo de intransigência e arbitrariedade.

## Antecedentes

Em 1997, não admitindo oposição da APP-Sindicato, entidade que representa 50 mil professores e funcionários da rede pública estadual, Lerner tentou estrangular financeiramente a organização, determinando o corte do repasse das mensali-



Repressão ao MST no Paraná

dades descontadas em folha de pagamento. Depois a medida foi estendida a todos os sindicatos de servidores públicos estaduais. Recentemente, o governo conseguiu liminares preventivas contra manifestações populares em órgãos públicos.

Nos últimos 5 anos o governo do Estado acumula índices impressionantes de violência contra os trabalhadores sem terra. Só no ano passado a coordenação estadual do MST contabilizou 18 episódios em que a polícia abusou da truculência policial. Despejos de ocupações na madrugada com requintes de crueldade tornaram-se parte do cotidiano da Polícia. Isto sem falar na cumplicidade dos órgãos públicos e da polícia com as milícias armadas da UDR.

De 94 até hoje 15 trabalhadores rurais foram mortos, 314 foram feridos e 425 foram presos, em sua maioria de forma arbitrária. "É preciso pôr um fim à barbárie instalada pela polícia do Paraná e às atitudes fascistas deste governo, que instituiu a prática da violência preventiva contra setores organizados da sociedade", destaca nota oficial do PCdoB/PR.

## Mens@gens

Através de seu endereço eletrônico ([classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br); <http://www.pcodob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adonira Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

**Deputado federal João Fassarella. (PT/MG):** Agradeço envio documento "Os comunistas e os 500 anos do Brasil" e parabeno pelo brilhantismo da análise. Sem nenhum exagero esse é o documento que melhor trata da questão, abordando com extrema inteligência e patriotismo a formação da identidade cultural brasileira ao longo de 500 anos e as violações ao qual foi submetido nosso povo no mesmo período. Grande abraço.

**Germano A:** O Partido tem expressões reconhecidas pelo povo e outras nem tanto. Não esquecer jamais que apesar da concepção avançada do bolchevismo, seu lema que ecoou mais forte, também e principalmente contra Krenski, foi Pão, Terra e Paz; o que pode parecer meramente reformista, traz embutido e adormecido o mais profundo desejo de mudança!

**José D:** Temos de mostrar mais a cara do nosso Partido, temos de ostentar o orgulho de sermos comunistas.

**Romilda N:** Gostaria de saber se vocês possuem alguma posição quanto à Reforma Tributária.

**Arnaldo S:** Parabéns pela belíssima página montada para apresentar o Partido aos visitantes.

**Maury J:** Quero parabenizá-los pela propaganda política eleitoral onde se demonstra indignação referente à venda do Banespa. Sou funcionário deste banco há 13 anos e continuo lutando para a conscientização de todos.

**Jerry E:** Gostaria de ficar recebendo todos os pronunciamentos dos deputados do Partido também as publicações partidárias.

**Mychel C:** Eu gostaria de filiar-me ao partido.

**Marcos:** O documento sobre os 500 anos, do PCdoB, nos ajuda a refletir com serenidade o que foram esses 500 anos de luta de um povo! Saudações quinquentenárias com muito orgulho.

**Rosa T:** Convoco o PCdoB a incentivar a nossa juventude.

**Marco M:** Acredito que o Partido deveria ter um espaço em sua página para divulgar informações sobre o movimento de rádios comunitárias e a Abraço.

**Henrique C:** O PCdoB destaca-se pela atualidade que esta página tem, além de ser um instrumento de comunicação poderoso.

**Sandro M:** Gostaria de saber como contribuir mais com o Partido.

**Antonio J:** A página esta ótima. Cada dia mais "leve" e mais caprichada no visual e no conteúdo.

**Adriana R:** Apesar de ser nova, filiar-me ao PCdoB é um sonho que tenho desde os 14 anos de idade.

**Gustavo:** Gostaria de saber mais sobre os anos 60 e 70, como era a atuação dos grupos contrários ao comunismo (militares, TFP e o polêmico Comando de Caça aos Comunistas).

**Maurílio S:** Quero cumprimentar os camaradas do PCdoB pela dedicação ao nosso Partido no sentido de fazê-lo mais conhecido através deste valioso instrumento de comunicação – o computador – que devemos colocar a

serviço da causa de todo o nosso povo.

**Maykon:** Necessito muito de material para formação de novos filiados ao Partido.

**Jordaci M; Adonias J; Cristina P; Olivia V; Giselli:** Gostaria de receber os documentos do Partido se possível via correio eletrônico

**Alcemar B:** Solicito o histórico do Partido

**Ricardo J:** Parabéns ao Partido pela excelente página. Hoje sou filiado ao nosso Partido e dirigente graças a essa página que me deu as informações que eu precisava.

**Jan:** Tem de ter *Princípios*. Viva o PCdoB! Viva A Classe Operária!

**Jeferson A:** Gostaria de lhes enviar um forte abraço, e parabenizá-los por esta página, o seu conteúdo teórico, crítico, e esclarecedor.

**Valdeir:** Gostaria de saber como posso conseguir a letra em português da Internacional Socialista.

**Gabriel L:** É verdade que vocês estão sofrendo repressão do governo?

**Rodrigo N:** Gostaria de deixar registrado meu orgulho em ler e assinar um jornal como A Classe Operária.

**Ivo K:** Votos de sucesso, estímulo, e gratidão por Vossas Senhorias terem tido e ainda têm papel destacado e abnegado na construção de uma proposta alternativa ao capitalismo/globalização.

**Domingas S:** Hoje é dia do trabalho. O trabalhador tem de votar, mas tem de ter a compreensão de que são os partidos da "esquerda" os que melhor representam a classe trabalhadora. A todos os trabalhadores, um grande abraço.

**Rodrigo N:** Gostaria de deixar aqui meus parabéns aos editores do jornal A Classe Operária. Um jornal como este nos norteia a cada momento e é capaz de nos "erguer" quando vacilamos.

**Leonardo B; Jairo R; Jaime Z:** Gostaria de saber o que eu faço para me tornar um militante do Partido.

**Fernando P:** 100% certa a atitude de combater este governo "entreguista" que FHC está proporcionando.

**Fabiano L:** Estou de volta a militância depois de 4 anos de afastamento por motivos pessoais.

**Cristiane M:** Gostaria de parabenizar: a iniciativa da página, divulgando os comentários na Classe; parabenizar os meios de divulgação periódicos do partido como a Classe e a Princípios que informam e formam de maneiras diferentes.

**Valeria G:** Gostaria de cumprimentar a todos os responsáveis pela página do PCdoB pelo bom trabalho realizado.

**Ana C:** Gostaria de saber como posso estar mais integrada e atuante com meu pouco conhecimento político.

**Ivaldo S:** Triste pátria amada onde todo poder parece emanar do crime organizado em todas as esferas e em seu sendo exercido. Acorde-mos brasileiros patriotas!

**Milton A:** Tenho 21 anos, e tento mostrar as contradições do sistema econômico capitalista. Viva a revolução!

## EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 - 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcodob.org.br> - Correio eletrônico: [classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

# Ampliar a unidade para enfrentar o neoliberalismo

RENATORABELO\*

A ordem mundial imperialista atual – em cujo centro está o G-7 e, no seu núcleo, os Estados Unidos – é caracterizada por crescente instabilidade e incerteza. O capitalismo atual – na sua etapa senil – torna as bolsas de valores enlouquecidas, transforma a economia num desenfreado cassino, eleva a concentração do capital a níveis gigantes, provocando o desemprego sistêmico e uma exclusão crescente da população dos frutos do desenvolvimento.

A enorme volatilidade do capital, expressa nas constantes oscilações da Bolsa de Nova Iorque, denota a forte participação do capital fictício nas transações. Os preços dos papéis estão muito acima do fluxo do rendimento (Marx dizia que o capital fictício é “a realização futura do lucro” – nem sempre efetivada). A relação preço-lucro na Bolsa de Nova Iorque, em 1929, chegou ao índice 33; no início deste ano estava em 44! É um indício da defasagem entre o preço das ações e o lucro realizado. Em tais circunstâncias acumulam-se as condições para um colapso econômico. A situação econômico-financeira norte-americana tem impacto direto sobre a economia mundial, em especial sobre os países emergentes e o Brasil. A economia européia, por seu lado, vive uma decolagem lenta. Os analistas caracterizam o atual cenário como de estresse econômico, motivado sobretudo pela instabilidade no quadro financeiro dos Estados Unidos.

No campo político, continua a ofensiva do neoliberalismo em todo o mundo. A situação política mantém-se desfavorável para as forças revolucionárias. Há uma intensificação dos preparativos de intervenção norte-americana na América Latina. É o que ocorre na Colômbia. Aumentam as ameaças contra a Venezuela e as pressões contra Cuba. As forças de direita impõem sua orientação e mesmo políticos que se apresentaram como social-democratas acabam adotando uma linha marcadamente neoliberal. O capitalismo adota uma reestruturação reacionária para fazer frente às dificuldades econômicas e sociais que cria e aprofunda. Registra-se também um avanço de tendências de direita no mundo, como pode-se observar pelos resultados eleitorais na Espanha, Grécia e Itália. Simultaneamente, um novo tipo de luta de massas faz-se presente, registrado nas mobilizações antineoliberais e anticapitalistas em Seattle, Washington e nas comemorações do 1º de Maio. Em contraste com o ritmo de desenvolvimento contido da economia capitalista, o crescimento da China e seus avanços podem tornar esse país num outro pólo mundial em contraponto à hegemonia norte-americana.

## Escalada autoritária do governo

O Brasil vive uma onda de protestos que beira a revoltas

populares. As manifestações atingem níveis crescentes. São o resultado do agravamento da situação social e econômica de vastos setores da população. A concentração de renda no Brasil é a mais injusta da América Latina. Segundo o IBGE, o 1% mais rico da população detém 13,8% da renda total, e os 50% mais pobres, apenas 13,5%. O alto nível de desemprego persiste. A renda salarial diminui. A população do campo está abandonada. De 1995 a 1999, a política neoliberal de Fernando Henrique provocou um êxodo rural de cerca de 4 milhões de pessoas. O crédito agrícola caiu de uma média anual de 19 bilhões de dólares em 1979 para 4 bilhões de dólares no período atual. Há um processo crescente de exclusão das camadas empobrecidas em todo o país. Nas cidades, crescem a violência e o crime organizado. Grandes centros urbanos vivem um clima de guerra civil não declarada.

No ano passado, as manifestações de protesto se concentraram nas mobilizações dos agricultores, dos caminhoneiros, dos sem-terra e da Contag, e culminaram na Marcha dos 100 Mil. Neste ano, os protestos mobilizam os índios (as manifestações dos 500 anos), os trabalhadores do campo, os caminhoneiros, o funcionalismo público federal, os professores... Vivemos uma crise social em ponto explosivo. A economia do país é cada vez mais enredada num círculo perverso e vicioso de elevação dos juros, baixa exportação e incapacidade estrutural de cobrir o buraco nas contas externas.

Sempre insensível às manifestações populares, o governo de Fernando Henrique Cardoso mantém a política de aprofundamento das desigualdades e favorecimento do grande capital. Fiel ao projeto neoliberal, realiza uma crítica e uma reestruturação do Estado (em defesa do Estado mínimo) que são, na realidade, um ataque ao Estado democrático e nacional. Vivemos uma escalada autoritária do governo, como demonstraram a tentativa de indiciamento de líderes do MST na Lei de Segurança Nacional, o agravamento da repressão, até o uso da censura nas emissoras públicas de TV. Há um retrocesso da ordem institucional. A linha geral da Constituição de 1988 vem sendo revogada e o governo exerce o poder através de sucessivas Medidas Provisórias.

Para manter a ordem neoliberal no Brasil, o governo conta com os grandes meios de comunicação, que cobram mais autoritarismo e maior repressão contra o movimento popular, buscando forjar uma opinião pública favorável à repressão e ao cerceamento da democracia. O desespero das forças situacionistas ganha relevo porque elas não encontram ainda – e não vêem no horizonte imediato – uma saída política para sua continuidade em 2002. Diante disso, visando a manutenção a qualquer custo da política neoliberal, tramam soluções anticonstitucionais, como a re-reeleição ou o parlamentarismo

sem plebiscito. Fernando Henrique tenta, ainda, dividir a oposição e o movimento popular, açulando declarações contra as manifestações pela reforma agrária e por condições dignas de vida.

## As tarefas primordiais do momento

A oposição, por seu lado, tem o grande desafio de ampliar seus espaços e sua atuação. Forjar um programa e uma ação política comuns. O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho é um instrumento em torno do qual os partidos políticos e o movimento democrático e popular podem articular ações amplas e representativas. A unidade das forças políticas e a elevação do nível da luta popular são as tarefas primordiais do momento. Vastas camadas da população perdem a confiança nas instituições políticas e desacreditam do regime político vigente. Os partidos das classes dominantes desmoralizam-se e os partidos oposicionistas encontram dificuldades para integrar maiores contingentes sociais à luta política.

As diversas forças políticas

– situacionistas e oposicionistas – se conformam para a disputa dos pleitos municipais. Se o resultado eleitoral nos principais municípios não for favorável à oposição ao governo federal, o enfrentamento à política neoliberal também ficará mais difícil para a frente oposicionista... Desse modo, mantêm-se na ordem do dia a união das mais amplas forças contra o neoliberalismo. É o problema fundamental.

O PCdoB tem seus planos eleitorais definidos em boa parte do país. Em dimensões nacionais, nossa meta é derrotar os que defendem a política neoliberal. Nos municípios, nosso objetivo principal é aumentar nossa bancada de vereadores – dobrá-la para duas centenas – e divulgar as idéias do Partido. Devemos concentrar esforços para garantir a eleição de nossos candidatos. Realizar alianças e coligações que favoreçam a vitória de comunistas nas Câmaras Municipais, principalmente nas capitais e grandes cidades.

O diagnóstico que fazemos da situação do país pode ser assim resumido: há um novo patamar na escalada autoritária do

governo de Fernando Henrique Cardoso, que vale-se do entulho autoritário e dos serviços de repressão herdados da ditadura militar para enfrentar o movimento popular e democrático. A realidade social de nosso povo está em ponto explosivo. A unidade das forças oposicionistas é o grande instrumento que devemos forjar para enfrentar a política neoliberal, inclusive destacando que a defesa da nação é ponto central de nossa luta e ao mesmo tempo impulsionando os movimentos sociais e a resistência democrática. Neste aspecto, cabe salientar que o enfrentamento às reformas políticas conservadoras propostas pelo governo fazem parte da luta democrática em nosso país.

As três grandes tarefas colocadas para os comunistas – a inserção crescente nas mobilizações de massas, a estruturação partidária e a campanha eleitoral – estão interligadas e se interagem. O êxito na sua realização colocará nossa luta em um patamar mais elevado.

\*vice-presidente do PCdoB, informe à 9ª reunião do Comitê Central

## Combater a escalada autoritária do governo FHC com a união e a luta do povo

Reunido em 6 e 7 de maio em São Paulo, o Comitê Central do PCdoB passou em revista a situação política do país e adotou a seguinte resolução:

1 Nas últimas semanas operaram-se significativas mudanças no quadro político nacional. O governo de Fernando Henrique Cardoso, incapaz de oferecer qualquer saída aos graves problemas sociais decorrentes da política econômica neoliberal, a serviço do capital financeiro internacional, adota condenáveis métodos repressivos e ditatoriais. Mais uma vez na história republicana do país a questão social é tratada como caso de polícia. A escalada autoritária e repressiva do governo de FHC contra manifestantes, grevistas e trabalhadores rurais sem terra põe a nu o caráter antidemocrático do governo e faz cair por terra qualquer ilusão acerca da possibilidade de entendimento com a oposição. Ao agredir manifestantes com bombas e cassetetes, prender e enquadrar lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Lei de Segurança Nacional, um entulho do regime autoritário de inspiração fascista, recorrer à censura em programas de rede de tevê estatal, outra prática dos tempos da ditadura, o governo de FHC incompatibiliza-se com o regime democrático e escolhe o caminho da confrontação radical com o povo, tolhendo as liberdades e investindo contra o elemental direito de lutar por sentidas reivindicações. A deriva antidemocrática do governo começou bem antes dos últimos episódios e não termina aí. Para cumprir as ordens dos centros de comando do imperialismo, o governo de FHC alterou a linha geral da Constituição democrática de 1988, admi-



Manifestações populares são “caso de polícia” para FHC

nistra o país por meio de Medidas Provisórias que têm o mesmo caráter dos decretos-leis da ditadura militar, atropelou os poderes Legislativo e Judiciário e impôs a reeleição através da chantagem e da fraude. Agora, anuncia a reforma política, objetivando excluir as correntes populares da representação política, o que, se se consumar, configurará mais um atentado ao regime democrático.

2 Usando meios oficiais e contando com a cumplicidade dos veículos de comunicação, o governo de FHC tenta imputar aos trabalhadores rurais sem terra a responsabilidade pela “quebra da ordem”, numa manobra cínica para isolar o MST. Mas a verdade é que o povo brasileiro está com a paciência esgotada. É a continuação da política de fome dos trabalhadores perpetrada pelo governo de FHC que provoca a eclosão de reações energéticas, espontâneas ou organizadas, por parte de manifestantes. 3 Diante disso, o Comitê Central do PCdoB hipoteca a solidariedade com o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas lutas pela reforma agrária, condena energicamente as ações repressivas das forças policiais e reafirma que, para encontrar soluções para a crise social em permanente agravamento, é necessário instaurar no país um novo governo, de unidade das forças democráticas, patrióticas e populares, o que requer o afastamento de FHC da Presidência da República. A gravidade da situação exige a união dos brasileiros em torno de um movimento cívico em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. É uma questão de salvação nacional.

Todo apoio ao MST!  
Pela reforma agrária!  
Abaixo a repressão!

Pelas liberdades democráticas!

Não à reforma política antidemocrática!

Fora FHC!

Centro de Documentação e Memória  
Instituto Maurício Grabois

## NACIONAL



O governador mineiro, Itamar Franco, condecora João Amazonas

## João Amazonas é condecorado com a Medalha da Inconfidência

O presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, 88 anos, foi condecorado com a Medalha da Inconfidência no ato político realizado dia 29 de abril em Ouro Preto (MG), que marcou a unificação das comemorações do 1º de Maio e do Dia da Inconfidência (21 de abril). Amazonas tem se destacado pelo esforço na construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho.

O governador Itamar Franco e importantes lideranças políticas nacionais estiveram presentes às comemorações, dentre elas, Luis Inácio Lula da Silva, do PT, e dirigentes do PCdoB, PDT, PSB, PV e PMDB. Os oradores deram um tom marcadamente oposicionista e progressista ao evento, que se tornou um representativo protesto contra a truculência do governo Fernando Henrique Cardoso sobre cidadãos, índios, estudantes, parlamentares e populares que foram violentamente impedidos de participar das comemorações dos 500 anos em Porto Seguro. O presidente FHC foi comparado a Joaquim Silvério dos Reis, o delator de Tiradentes.

## PCdoB une-se ao PT e ao PCB no Recife

O PCdoB/PE celebrou, em ato político no Sindicato dos Jornalistas, a unidade com o PT e o PCB para o pleito de outubro no Recife. O candidato a prefeito é o deputado João Paulo (PT). Os três partidos farão chapa única de candidatos a vereador e escolherão oportunamente o candidato a vice-prefeito, tendo como critério “garantir coerência e nitidez na defesa dos compromissos ora assumidos perante o povo do Recife.”

Na ocasião, foi divulgado um Comunicado ao Povo do Recife, em que os três partidos explicitam que “a unidade aqui proclamada assenta-se na convergência de opiniões e propósitos quanto ao sentido político das eleições municipais e ao combate à coligação direitista encabeçada pelo atual prefeito do Recife, assim como em relação a procedimentos destinados a otimizar o empenho dos partidos coligados na campanha eleitoral.”

Afirma ainda o documento que “em-

O ato teve início com uma concentração popular diante da Igreja das Mercês e continuou com uma passeata, liderada pelos dirigentes oposicionistas, entidades e representantes das nações pataxós e kaxixós. Durante o percurso, palavras de ordem e canções progressistas expressaram o sentimento dos manifestantes que seguiram até o palanque oficial, na Praça Tiradentes, onde ocorreram os discursos e homenagens. Em contraposição às agressões perpetradas pela polícia militar contra a população em Porto Seguro, em que muitos representantes indígenas foram feridos, em Ouro Preto o vice-cacique Kanaty Pataxó foi um dos homenageados com a Medalha, numa alusão ao significado dos 500 anos. Dentro deste espírito, o orador oficial do evento foi um negro – o ator Milton Gonçalves.

O deputado federal Sérgio Miranda, líder do PCdoB na Câmara Federal, também foi agraciado com a Medalha da Inconfidência, juntamente com outras personalidades populares, estudantis (UNE e UBES), indígenas, negras, sindicais (CUT) e sem-terra.

bora o debate na campanha eleitoral acentue os problemas locais, devido à natureza municipal da disputa, cabe esclarecer a população acerca das repercussões das políticas oriundas do governo federal, de cunho neoliberal, sobre a realidade do município. Isto é tanto necessário quanto é imprescindível combinar a luta por mudanças políticas e administrativas no âmbito municipal com a construção de uma maioria social e política capaz de mudar os rumos do país.”

“O PT, o PCdoB e o PCB” – assinalam – “consideram necessária a unidade de forças do campo democrático com o propósito de derrotar o neoliberalismo. Buscaremos ampliar o leque de forças políticas em torno destas propostas e do Programa de Governo a ser em breve elaborado, efetuando contatos com os partidos do campo democrático-popular, em especial o PSB, o PDT, o PSN, PGT e o PMN.”

## Comunistas estão com a Oposição Pra Valer em Manaus

Com reuniões em bairros e categorias profissionais, o PCdoB amplia o Movimento Oposição Pra Valer, reafirmando que a Prefeitura de Manaus deve ter um projeto popular, onde os partidos com efetivo compromisso com a população e o movimento popular serão os interlocutores do futuro prefeito.

Os comunistas buscam a unidade com os partidos que tenham visões programáticas semelhantes, visando romper o impasse da oposição, que está dividida entre duas alternativas. De um lado o ex-prefeito Eduardo Braga (PPS), que até recentemente era homem de confiança no grupo político do governador Amazonino Mendes (PFL), promete cargos e acordos para as próximas eleições. Na outra ponta está o deputado Eron Bezerra (PCdoB), que desempenha seu terceiro mandato na Assembléia Legislativa, sempre marcando sua atuação pela defesa dos interesses dos trabalhadores, denunciando a prática da corrupção e dos desmandos administrativos do Executivo.

No lançamento do Movimento Oposição Pra Valer, organizado pelo PCdoB. Dirigentes do PT, PV, PCB, CUT, Fetagri, UJS, UNE, DCE, UMES, lideranças dos professores, metalúrgicos, camelôs, saúde, fazendários, funcionários da Justiça, vigilantes, rodoviários, trabalhadores rurais, estivadores, artistas e intelectuais lotaram o maior auditório de Manaus, defendendo a unificação da oposição, colocando na rua o nome do deputado Eron Bezerra.

A deputada federal Vanessa Graziotin, indicada pelo PCdoB para coordenar os entendimentos com os demais



Eron: construindo a unidade

partidos, deixa claro que “nosso empenho é no sentido de romper com a proposta de elegermos um candidato que não tenha vínculos ou compromissos verdadeiros com a oposição, porque não podemos mais correr o risco de, depois da eleição, assistirmos a gestão do poder ser conduzida de acordo com os interesses dos setores conservadores e corruptos”.

Para a deputada comunista, “o prefeito Alfredo Nascimento, o governador Amazonino Mendes e o presidente Fernando Henrique Cardoso fazem parte do mesmo bloco político e são responsáveis em seus níveis administrativos pela implementação de políticas que geram a crise social, destroem o serviço público e estão envolvidos na malversação de recursos públicos – sempre com o objetivo de favorecer empreiteiras, bancos e outros financiadores de suas campanhas eleitorais”.

## Edvaldo ameaçado de morte

O deputado federal José Alexsandro (PSL), agrediu o deputado estadual Edvaldo Magalhães (PCdoB/AC) em programas de TV no Acre. Edvaldo desempenha a função de líder do governo Jorge Viana na Assembléia Legislativa. Alexsandro também ameaçou de morte o senador Tião Viana, o governador Jorge Viana e Edvaldo Magalhães, indicando que os mesmos interpretem para si o Salmo 109 da Bíblia, que diz: “que fiquem órfãos teus filhos, que fique viúva tua mulher”. Perpétua Almeida, ex-presidente do Sindicato dos Bancários, Fundadora do Comitê Contra a Impunidade (fórum que reúne sindicalistas, ativistas do movimento social, cidadãos, magistrados, clérigos, intelectuais, pes-

soas do povo), presidenta do PCdoB e companheira de Edvaldo, foi também duramente atacada.

O Acre passa por uma verdadeira faxina, onde grupos de extermínio, esquadrão da morte, narcotraficantes, empresários e políticos corruptos contumazes estão sendo denunciados e postos atrás das grades.

Alexsandro é porta-voz dos que estão atrás das grades, dos que têm seus bens bloqueados, dos que estão sendo processados. São vários os processos contra ele. Ações do Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal, representações junto à Mesa Diretora da Câmara Federal, Corregedoria da Câmara e Comissão de Constituição e Justiça.

<b>ASSINE</b>		<b>A CLASSE OPERÁRIA</b>	
Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140			
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br			
Pagamento:	<input type="checkbox"/> cheque nominal	<input type="checkbox"/> Vale postal nº	<b>15 edições</b> <b>R\$ 15,00</b>
	<input type="checkbox"/> dinheiro	<input type="checkbox"/> Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú	
	<input type="checkbox"/> Cartão nº Validade		
Data da assinatura:	<b>CDM</b>		
Nome:	Centro de Documentação e Memória		
Endereço:	Fundação Maurício Grabois		
Bairro:			
CEP:			

PCdoB

# Fortalecer o movimento sindical classista e de luta antineoliberal

JOÃO BATISTA LEMOS\*

**P**ara cumprir sua meta de dirigir a luta por uma nova sociedade, sem exploradores e sem explorados, o Partido Comunista do Brasil deve centrar sua atuação na luta social. Tem de levar suas propostas e sua política às amplas massas, atuando com destaque no movimento popular, no movimento estudantil e no movimento sindical, além das lutas políticas institucionais. No caso dos sindicatos, eles devem ser escolas ideológicas para os trabalhadores em seu enfrentamento com o capital e locais privilegiados da atuação dos militantes comunistas. Daí a importância de o Comitê Central do PCdoB analisar a atuação comunista nesta frente de lutas, às vésperas do 7º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, que ocorrerá em agosto próximo.

## Ofensiva reacionária

O movimento operário e sindical enfrenta uma brutal ofensiva reacionária. Os capitalistas desencadearam um processo de reestruturação geral das condições de exploração da força de trabalho, com base na desregulamentação do mercado de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas e intensificação da exploração, inclusive através de novas técnicas e tecnologias.

Estes elementos fazem parte da estratégia do grande capital para se recompor diante da queda da taxa média de lucro. A burguesia busca reduzir ao máximo o custo do trabalho vivo e potencializar a produtividade. Com as reestruturações industriais, as inovações tecnológicas e a nova divisão do trabalho, altera-se a composição do trabalho assalariado. O mundo dos que vivem da força de trabalho torna-se mais heterogêneo e fica mais complexa e demorada a formação da consciência de classe.

Estas mudanças ocorrem em um ambiente político com correlação de forças profundamente adversa ao proletariado e repercutem negativamente no poder de mobilização, unidade e nas condições de luta dos assalariados e demais trabalhadores. Observe-mos algumas dessas mudanças:

◆ Alteração das características do desemprego, que se torna massivo e crônico. Segundo Marcio Pochmann, da Unicamp, mantendo-se a atual tendência, o Brasil terá 12 milhões de desempregados em 2002. Aumento do desemprego de longa duração e sua abrangência, alcançando também os técnicos, engenheiros etc. Com a incerteza do futuro, cria-se a cultura do medo e da concorrência feroz entre os trabalhadores. Além do processo da desindustrialização, há a intensificação e ampliação do sobretrabalho. Em 1998 foram registrados cerca de 27,2 milhões de

ocupados trabalhando além das 44 horas semanais.

◆ Mudança da estrutura do mercado de trabalho, com o crescimento do setor terciário, o alargamento da mão-de-obra assalariada (cada vez mais setores das atividades profissionais passam a ser assalariados), a ampliação da presença de mulheres e jovens e o aumento estrondoso do mercado informal, que já alcançou 54% da População Economicamente Ativa do Brasil. Isto tem repercussão direta na representação dos sindicatos, que é relacionada com os trabalhadores formais, isto é, com os contratados.

◆ Desconcentração da produção, com a terceirização e o deslocamento físico de empresas. Regiões de grande concentração de empresas estão sendo esvaziadas, como aconteceu com a Zona Sul e a Avenida das Nações Unidas de São Paulo e a região do ABC paulista (em 1980, somente a cidade de São Bernardo do Campo tinha 140 mil metalúrgicos; hoje, o total de metalúrgicos de São Bernardo, somado ao de Santo André, é de 90 mil operários).

◆ Aumento do controle do capital sobre o trabalho, com a reestruturação nas indústrias de ponta. O saber operário é transferido para os programas das máquinas computadorizadas, com fortes repercussões nos setores de maior consciência de classe e experiência de luta, que comandavam as greves e batalhas operárias. O trabalho complexo converte-se em trabalho simples. Surgem novas profissões no processo produtivo. Estas mudanças têm implicações na subjetividade dos operários.

A dificuldade em dar respostas a estas novas realidades explica em parte o enfraquecimento do movimento social e da luta dos trabalhadores. A situação é agravada pela baixa inserção do Partido Comunista do Brasil na classe operária, dificultando sua formação política e ideológica.

## Ataque ideológico

Simultaneamente a estas mudanças, ocorre uma forte ofensiva política e ideológica do capitalismo neoliberal. A derrota da primeira experiência de construção do socialismo repercutiu fortemente na direção do movimento sindical e operário. Dirigentes sindicais aderiram abertamente ao neoliberalismo, como foi o caso dos que fundaram a Força Sindical. Contando com o apoio da mídia, ganham a opinião pública e influenciam os trabalhadores, apresentando-se como uma central de serviços eficiente, através do Centro de Solidariedade e do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outra variante desta orientação é a social democracia sindical. As CGTs, de sua parte, não têm jogado papel significativo no movimento sindical. Já os setores independentes, representados pela Coordenação das Confederações dos Trabalha-

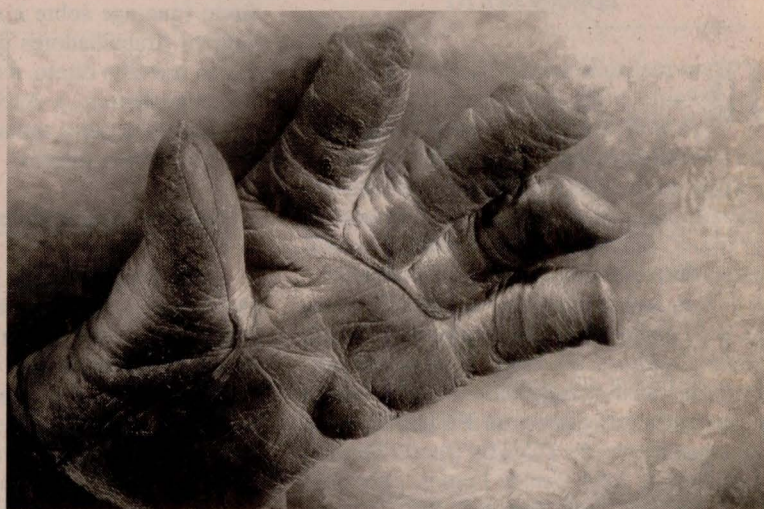
dores (CCT), têm contribuído na resistência à reforma trabalhista neoliberal e na defesa da organização sindical.

A Central Única dos Trabalhadores, onde atua a Corrente Sindical Classista, também foi atingida pelo ataque político e ideológico do capital. Vive uma crise de identidade. Distancia-se das posições classistas e busca uma saída negociada, "possibilista", dentro da lógica de mercado. A negociação assume caráter estratégico, como fica evidenciado em sua proposta de Contrato Coletivo Nacional de Trabalho. Em decorrência desta concepção, busca construir uma nova estrutura organizativa, baseada nos sindicatos nacionais por ramo de atividade, altamente centralizados e controlados pela força majoritária dentro da CUT, a Articulação Sindical. É priorizada uma estrutura verticalizada e corporativa, que pressupõe o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, o fim da unicidade sindical, o fim das taxas compulsórias de custeio das entidades, a institucionalização da comissão prévia de conciliação, dentre outras alterações na organização sindical. Vale salientar que várias destas alterações são igualmente preconizadas pelos ideólogos do neoliberalismo.

Quanto à sua organização interna, a CUT passa por um profundo processo de burocratização e distancia-se das bases sindicais. Quase 60% dos sindicatos filiados não poderão participar do 7º Congresso da CUT por não estar em dia com o pagamento à Central (taxa de 10% da receita de cada entidade). As iniciativas hegemônicas e exclusivistas da Articulação Sindical provocam um visível processo de enrijecimento, que compromete o caráter democrático da CUT. Não mais é buscado o consenso diante das divergências internas na direção, como ficou evidenciado na criação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos (62 sindicatos recusaram-se a participar do congresso de fundação), apesar dos protestos de todas as outras correntes que integram a Central.

No que diz respeito à orientação política recente, a CUT tem uma trajetória oscilante. Investiu na mobilização e apostou no Fórum Nacional de Lutas, que teve como ponto alto a Marcha dos 100 Mil a Brasília, no ano passado. Mas, depois que o PT rejeitou em seu congresso a palavra de ordem do *Fora FHC*, a CUT refluiu. Nas mobilizações de 10 de novembro (paralisação nacional) sua participação foi débil, e não integrou os protestos de 28 de março deste ano. Também o desempenho do Central no 1º de Maio deixou a desejar. Estes fatos demonstram a subordinação da CUT às orientações do PT.

Contudo a CUT mantém-se no campo da esquerda e da luta antineoliberal e é a maior central do país, com 2.703 entidades, representando mais de 19 milhões



e 300 mil trabalhadores. Está sujeita à pressão das bases, diante do agravamento da crise, e pode jogar um papel importante na luta contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. É dentro dela, e com esta perspectiva, que a Corrente Sindical Classista deve continuar atuando.

## Crescimento classista

Nos seus 12 anos de existência, a CSC enfrentou um período adverso no movimento operário e sindical. Mesmo assim, conseguiu obter um significativo e diversificado crescimento. Conquistou importantes sindicatos no setor metalúrgico, de transportes, de educação, do funcionalismo público, nos urbanitários e no campo – onde dirige quatro federações estaduais de trabalhadores na agricultura e ocupa a secretaria geral da Contag. A CSC convive também com dificuldades. Seu crescimento, por exemplo, não se reflete no interior da CUT, onde não conseguiu passar dos 13%. No próximo Congresso, a depender do desempenho, a CSC poderá ultrapassar esse percentual. A mensalidade de 10% da receita, cobrada pela CUT, é fator que dificulta a participação maior dos sindicatos classistas na Central – esta taxa está além das possibilidades financeiras, num momento em que os sindicatos passam por grandes dificuldades, com redução do número de associados e investidas da burguesia.

Mas verifica-se também a falta de compreensão das direções partidárias em acompanhar mais de perto das batalhas sindicais e disputas da direção do movimento. Isto acontece desde as direções regionais até as bases. Detectam-se, igualmente, sinais de burocratização em alguns setores da atuação da CSC – não está imune à ofensiva política e ideológica da burguesia e à crise econômica. Em muitos casos, a ação política mais geral e as tarefas partidárias são subestimadas por sindicalistas, que se voltam para dentro de suas entidades e categorias, correndo atrás do prejuízo causado pela ofensiva capitalista.

Por uma CUT unitária, democrática e de luta

políticas estão colocadas para os comunistas no movimento sindical:

**1** Fortalecer a Corrente Sindical Classista, como um instrumento para o desenvolvimento de uma corrente de orientação marxista-leninista no movimento sindical; avançar nas iniciativas políticas próprias de ação e de luta, através dos sindicatos classistas.

**2** Construir a unidade de todos os setores do movimento sindical que se opõem ao neoliberalismo, em torno de uma plataforma que contemple a defesa dos direitos sindicais e do Artigo 7º da Constituição, a defesa da organização sindical contra a PEC 623, a luta contra o desemprego e pelas 40 horas semanais, sem redução dos salários e com inibição das horas extras, o reajuste geral dos salários, a reforma agrária; incorporar à luta sindical os 17 milhões de aposentados e pensionistas; articular as batalhas sindicais com a luta por um novo projeto nacional alternativo, em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho.

**3** Buscar respostas para as novas realidades de informalização e novas relações de trabalho, exclusão social etc, que atingem os trabalhadores, inclusive construindo novas formas de organização e formulando novas reivindicações e bandeiras, visando à elevação da consciência social e política dos trabalhadores.

**4** Lutar por uma CUT unitária, democrática e de enfrentamento ao neoliberalismo e à exploração capitalista. Disputar as direções estaduais da CUT, tomar posição nas divergências internas da entidade e unificar os setores que visem a aprofundar a democracia interna da Central.

Os sindicalistas classistas devem ter participação destacada nos congressos estaduais da CUT, garantindo também delegações numerosas para o 7º Concut, que possibilitem uma intervenção de qualidade na decisão dos rumos políticos e organizativos da Central. Para que nossas metas sejam alcançadas, são fundamentais os acompanhamentos político e ideológico das direções partidárias nas atividades preparatórias do 7º Concut.

\*do secretariado do PCdoB.

Informação 8ª Reunião do Comitê Central, 6 e 7 de maio de 2000

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## ESPECIAL

# O Partido Comunista na classe operária

EDVARBONOTTO

Realizado no dia 16 de abril em São Paulo o III Seminário Operário do PCdoB, reunindo 90 participantes, entre metalúrgicos de São Paulo, Betim (MG) e Caxias do Sul (RS); vidreiros, marceneiros, trabalhadores da construção civil, químicos, gráficos, portuários, condutores e outras categorias, além de dirigentes comunistas.

Para Joel Batista, coordenador do evento, o III Seminário objetivou situar o debate sobre as classes, em especial da classe operária, na transformação da sociedade. Dentre os palestrantes estiveram Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB; Duarte Pereira, jornalista; e João Batista Lemos, secretário sindical do PCdoB. Segundo Joel, "a construção do Partido na classe operária não é um problema somente desta classe, mas sim de todo o Partido".

Para ele, "desde a época de Marx até hoje, a classe operária e os trabalhadores passaram por grandes transformações – tanto no mundo da produção quanto no seu próprio perfil – mas isso não modificou o fato de ela ser tendencialmente revolucionária. É preciso intensificar a fusão entre o movimento consciente e o movimento das massas – e o movimento consciente na sociedade capitalista é representado pela ação organizada dos comunistas".

## Conceitos de classe

Duarte Pereira enfocou os conceitos de classe social e classe operária. Para ele "ao se investigar a realidade objetiva, hoje, é necessário delinear conceitualmente a questão, pois há inúmeros problemas decorrentes das diferenças conceituais, que não são unânimes mesmo entre os marxistas. O conceito de classe social não teve tratamento sistemático nos clássicos, que o trabalharam de forma histórico-concreta, a exemplo de Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em que aborda as classes concretas na França daquele momento analisado. Os conceitos são diretamente aplicados em obras como *O Manifesto Comunista*. Marx pretendia tratar melhor do tema em *O Capital*, mas o capítulo planejado ficou incompleto". Por isso Lenin sentiu, mais tarde, a necessidade de formular uma definição mais completa: "Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem." (Lenin, *A grande iniciativa*)

Para Duarte Pereira, "não se pode ficar só nos fatores objetivos, pois há fatores subordinados – subjetivos –, presentes em Marx. Não basta a existência econômica da classe, é necessário que ela apareça do ponto de vista político e ideológico – é a consciência da classe. Somente assim ela se completa enquanto classe: de si, para si. A classe operária só se constitui como força revolucionária quando constitui Partido". Para ele, as classes "são vinculadas à base econômica e não dizem respeito à superestrutura. Mas a sociedade é formada por mais de um modo de produção, e assim sua estrutura de classe é complexa, pois há camadas não vinculadas profissionalmente às classes".

Na sociedade capitalista a grande divisão ocorre entre capital e trabalho, ou seja, os capitalistas (a burguesia – industrial, comercial, banqueiros...) e os que vivem do trabalho (classes e camadas trabalhadoras). No conjunto dos trabalhadores há uma segunda grande divisão entre os trabalhadores autônomos (os que possuem parte dos meios de produção) e os assalariados (que não têm nenhum meio). Neste bloco há ainda uma diferenciação entre os assalariados produtivos (geram mais-valia) e os improdutivo-

dentro do trabalho produtivo há o trabalho direto (que age sobre a matéria-prima) e o indireto (trabalhadores que atuam vinculados ao trabalho direto, a exemplo dos técnicos, engenheiros...). Assim, a classe operária é formada pelos trabalhadores assalariados produtivos diretos.

## Natureza exploradora do capitalismo

João Batista Lemos partiu da constatação de que a classe operária ocupa centralidade no processo produtivo. Continua sendo a força dinamizadora das lutas de classe contra o capital e da vasta frente social da luta contra o neoliberalismo. A classe operária, potencialmente, é a classe revolucionária, que coloca objetivamente a necessidade da superação do sistema capitalista e a conquista de uma nova sociedade sem exploradores e explorados – o socialismo. "Potencialmente, pois não se trata de um processo automático!", ressaltou Batista Lemos.

Batista constata que "as posições e a consciência do movimento operário e sindical têm se enfraquecido. A classe operária se confronta com o processo de reestruturação geral das condições de exploração da força de trabalho, que envolvem a desregulamentação das relações de trabalho e a intensificação da exploração. Atua num quadro adverso e alterado que afeta sua estrutura, formas de organização, capacidade de mobilização e luta". As mudanças são de caráter qualitativo, envolvem a reestruturação produtiva, o desemprego e afetam a composição social dos trabalhadores, os direitos e o processo produtivo.

Entretanto "as alterações não anulam a natureza exploradora do capitalismo – que se intensifica e se alarga com a extensão do assalariamento e os novos setores profissionais. A dificuldade em dar resposta às novas realidades explica em parte o enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos operários".

Para Batista "o desenvolvimento da consciência e organização dos trabalhadores, o reforço de sua unidade e a formação de sua consciência de classe são inseparáveis do reforço da influência política e ideológica do Partido Comunista. Além do desenvolvimento de sua atuação no movimento sindical, o fator Partido ganha importância estratégica na medida em que se propõe desenvolver a consciência socialista das amplas massas trabalhadoras".

## Estruturar o Partido na classe operária

Renato Rabelo destacou "o papel do fator consciente na transformação revolucionária da sociedade. Sem a consciência socialista, que deve se fundir com o movimento operário em curso, não há possibilidade de transformação social". O Partido é justamente o resultado – a fusão – dessa consciência com o movimento concreto. Na construção do Partido revolucionário há a necessidade de se formar uma vanguarda com convicção e, ao mesmo tempo, de se ligar às massas trabalhadoras. Para Rabelo, "enquanto que para a formação de sua vanguarda tem de travar batalha com os desvios de direita e esquerda, o Partido necessita, também, formular uma tática revolucionária ampla e flexível. As organizações de base são essenciais para que o Partido e a classe operária cumpram sua missão histórica".



Duarte, Joel e Batista nos debates



Os trabalhadores rurais exigiram reforma agrária e salário justo

# O vitorioso Grito da Terra Brasil

AGNALDOMEIRA\*

Promovido pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –, juntamente com outras organizações, a exemplo do MLT – Movimento de Luta pela Terra –, o Grito da Terra Brasil apresenta, todos os anos, ao governo federal uma pauta com as principais reivindicações dos trabalhadores rurais. As manifestações do 7º Grito da Terra Brasil, realizadas em Brasília nos dias 10 e 11 de maio, reuniram mais de 6 mil trabalhadores rurais de todo o país e garantiram importantes vitórias para a categoria, das quais destacamos:

Fim da correção monetária, rebaixamento dos juros para 3% e equivalência produto nos financiamentos para a agricultura familiar; aumento nos recursos para a reforma agrária e crédito agrícola em mais de 1 bilhão de reais e mais para desapropriação através de TDA 176 milhões; criação do Crédito Fundiário com recursos de 720 milhões para 3 anos; R\$ 40 milhões para a assistência técnica; R\$ 500 milhões para geração de emprego e renda na área rural (Proger); título de posse dos assentados emitidos em nome do casal.

Apesar de serem conquistas históricas, os recursos do governo destinados à agricultura familiar e à reforma agrária ainda estão extremamente abaixo das reais necessidades dos trabalhadores rurais. Por exemplo, para a reforma agrária a pauta do Grito da Terra reivindica o assentamento de 250 mil

famílias e o Incra afirma que só tem recursos para assentar 45 mil.

No dia 10, os trabalhadores rurais realizaram uma passeata de protesto contra a MP do Salário Mínimo de R\$ 151,00, que terminou em frente ao Congresso Nacional com um ato político que contou com a presença de lideranças do PCdoB, PT, PSB, PDT. O PCdoB foi representado pela deputada federal Jandira Fegahli, que conclamou os trabalhadores brasileiros para a unidade contra o neoliberalismo e pela reforma agrária.

No dia seguinte, os manifestantes fizeram um abraço simbólico à sede do Banco do Brasil e foram recepcionados pelos funcionários do banco com chuva de papel. Seguiram para a Esplanada dos Ministérios e, após outra passeata, realizaram ato político onde lideranças de todo o país representaram a indignação dos trabalhadores rurais com o resultado vergonhoso da votação do salário mínimo e reafirmaram o compromisso de continuar lutando pelo cumprimento das reivindicações dos trabalhadores.

As manifestações continuam nos Estados e municípios pois, apesar das importantes conquistas obtidas, muito ainda falta para que o homem do campo tenha condições de vida dignas. Nos dias 25 de julho (Dia do Trabalhador Rural) e dia 10 de agosto (Marcha das Margaridas), já estão programadas outras grandes manifestações.

\*Secretário geral da Contag. Colaboraram Rebecca Serravalle e Lorival Gusmão, do MLT

# Salário mínimo e distribuição de renda

ALDOREBELO\*

O capitalismo transformou o trabalho em mercadoria que se compra e se vende segundo as leis do mercado. Por isso, toda vez em que se fala de salário mínimo os defensores do livre mercado têm urticária. Quando se fala em aumentá-lo então, vão à loucura.

Para cada ocasião tem o motivo certo do por que não deve ser aumentado: pode causar inflação, desemprego, aumento da informalidade ou do déficit da Previdência e assim por diante. Só não acham motivos para aumentá-lo.

Não se vê, entretanto, nenhum economista do governo ou do FMI reclamar das taxas de juros. Ao contrário, eles mesmos tratam de aumentá-las. Muito menos se cogita em tentar diminuir o déficit público cortando o seu pagamento. Pagar os juros em dia parece que é a própria razão de existir do governo.

Quando, daqui a quinhentos anos se comemorar o milênio do Brasil, os livros de história dirão: há quinhentos anos a política econômica do Brasil se resumia a gerar superávites nas contas do governo para pagar juros aos banqueiros internacionais, nem que fosse à custa da fome do povo.

Em 1999, o superávit primário do setor público brasileiro, isto é, receitas menos despesas, exceto juros, foi de R\$ 33 bilhões. No ano 2000, a meta, acertada com o FMI, é de R\$ 36,5 bilhões. Destino desse dinheiro todo: pagamento dos juros.

Por que não se faz a mesma coisa com

os salários? Afinal, se o salário mínimo fosse mesmo aumentado para os tais 100 dólares, de que tanto se falou, o aumento de despesas com o pagamento dos 12 milhões de aposentados custaria à Previdência R\$ 4 bilhões ao ano. Como o Orçamento da União assegura para a seguridade social no ano 2000 um superávit de mais de R\$ 15 bilhões, não seria por falta de recursos que o aumento deixaria de ser dado.

O problema, no entanto, é que pagar R\$ 4 bilhões a mais aos aposentados significa deixar de pagar o mesmo tanto de juros aos banqueiros. E isso, nem o governo, nem o FMI aceitam.

A questão de fundo por trás dessa discussão sobre o valor do salário mínimo é a distribuição de renda. O Brasil é um dos países do mundo onde a distribuição de renda é mais injusta. As próprias contas nacionais do governo atestam isso. Entre 1991 e 1998 a participação dos salários na renda nacional caiu de 42% para 36%, enquanto, no sentido oposto, a participação dos lucros subiu de 38% para 44%. Os salários pagos para os trabalhadores no Brasil estão entre os mais baixos do mundo.

O efeito real de um aumento expressivo no salário mínimo seria a elevação da participação dos trabalhadores na renda nacional. Como isso só poderia ser feito à custa dos lucros das empresas e principalmente dos juros pagos aos banqueiros, explica-se a resistência. A atitude do governo revela, assim, do lado de quem ele está.

\*Aldo Rebelo é jornalista e deputado federal por São Paulo - PCdoB

# A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS  
DE TODOS  
OS PAÍSES  
UNI-VOS

**D**esde 1º de maio de 1925, *A Classe Operária*, órgão central do Partido Comunista do Brasil, tem sido intérprete do destacamento avançado do proletariado brasileiro que abraçou a causa do marxismo-leninismo, do socialismo científico. Nesse período, o jornal dos comunistas por várias vezes teve de ser publicado clandestinamente. Seus colaboradores e leitores sofreram perseguições e estiveram sujeitos a brutalidades por parte de diferentes governos e grupos anticomunistas. Vários de seus redatores, gráficos e distribuidores foram presos, torturados e agredidos. Alguns foram assassinados.

Apesar dessa ira de seus inimigos, e mesmo enfrentando dificuldades econômicas, *A Classe* jamais cessou de circular, de levar aos trabalhadores e ao povo a orientação do Partido Comunista. Sempre buscou defender os interesses das massas exploradas e oprimidas, difundir os ideais democráticos e socialistas, divulgar o marxismo-leninismo e aprofundar o seu conhecimento, formar uma consciência de classe progressista e libertadora, servir como instrumento de organização dos trabalhadores e dos que lutam por uma vida digna.

Por ser fiel a esses princípios, o órgão central do PCdoB contou e conta com o apoio firme de milhares de abnegados combatentes proletários, a solidariedade de patriotas e democratas que o sustentam de mil e uma formas.

O surgimento do jornal dos comunistas já ocorreu em meio a grandes embates. Astrojildo Pereira, jornalista que participou do Congresso de Fundação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, conta que *A Classe* surgiu como “um jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores”, com 5 mil exemplares (tiragem que foi crescendo a cada edição) em meio ao estado de sítio a que o país estava submetido. A reação das classes dominantes não tardou: no dia 18 de julho de 1925, quando atingia o número 12, o jornal foi fechado pelo governo. Abordando a existência do jornal até maio de 1945, quando volta a ser publicado legalmente, Astrojildo escreveu em 1947: “Dezenas de tipografias, ora pertencentes a amigos do Partido, ora de propriedade do Partido, foram invadidas e empasteladas; muitas dezenas de camaradas, incumbidos de sua redação ou da sua administração, caíram nas

## Jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores, em defesa do socialismo



A letra viva  
do socialismo.

garras da reação, submetidos às piores torturas; mas *A Classe Operária* reaparecia sempre, e já então propriamente como órgão central do Partido Comunista do Brasil”. Logo em seguida, no governo do general Eurico Dutra, a partir de 1946, o jornal teve várias de suas edições proibidas de circular. Reapareceu publicamente em 1951, mas suas edições foram apreendidas, seus vendedores perseguidos. Em 1953 deixou de ser editada.

Em 1962, quando o Partido Comunista do Brasil foi reorganizado, *A Classe Operária* voltou a circular legalmente, tendo como diretor o deputado constituinte de 1946, Maurício Grabois, e como redator chefe Pedro Pomar. Em março de 1964 foi impresso legalmente o último número do jornal. Militares golpistas tomaram o poder no país, invadiram, depredaram e interditaram sua redação; prenderam, torturaram e mataram comunistas e democratas. Mas em 1º de maio de 1965 o jornal ressurgi, em condições de estrita clandestinidade, impresso com várias feições gráficas, de acordo com as possibilidades dos vários Estados que o reproduziam. Publicou propaganda revolucionária, denunciando o caráter fascista do golpe de 1964, clamando pela derrubada da dita-

da do Brasil readquiriu o direito de existência legal no país.

Em seus 75 anos, *A Classe Operária* vem contribuindo para desmascarar as mazelas econômicas, sociais e políticas do capitalismo. Busca despertar, mobilizar e unir os trabalhadores, os patriotas, os democratas, os explorados e oprimidos, a fim de que conquistem a emancipação social e política e construam uma sociedade nova, socialista. Tornou-se a expressão literária mais autêntica da política, da tenacidade e da perseverança dos comunistas. Poucos jornais conseguiram sobreviver tanto tempo no Brasil.

*A Classe Operária* tem o justo orgulho de fazer parte da história da imprensa democrática e patriótica no Brasil, ao lado de outras publicações heróicas, como as *Sentinelas da Liberdade*, de Cipriano Barata, na época da luta contra o domínio português; ou a chamada *imprensa alternativa*, que tantas contribuições deu no enfrentamento à ditadura militar. Integra a tradição da imprensa popular em nosso país, com seu profundo sentido de rebeldia contra a opressão e a dominação.

Sua existência deve-se aos sacrifícios, abnegação, firmeza e coragem dos trabalhadores e democratas, que enfrentaram dificuldades de toda ordem. Mesmo hoje, contrapõe-se ao poder da mídia monopolizadora, à falta de recursos, aos efeitos da ofensiva neoliberal anti-socialista, e busca colocar-se à altura dos desafios políticos, ideológicos e organizativos que a classe operária e os comunistas enfrentam.

Como afirmou em seu primeiro número, em 1925, continua sendo “um jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores”. Um instrumento de luta pelo socialismo.





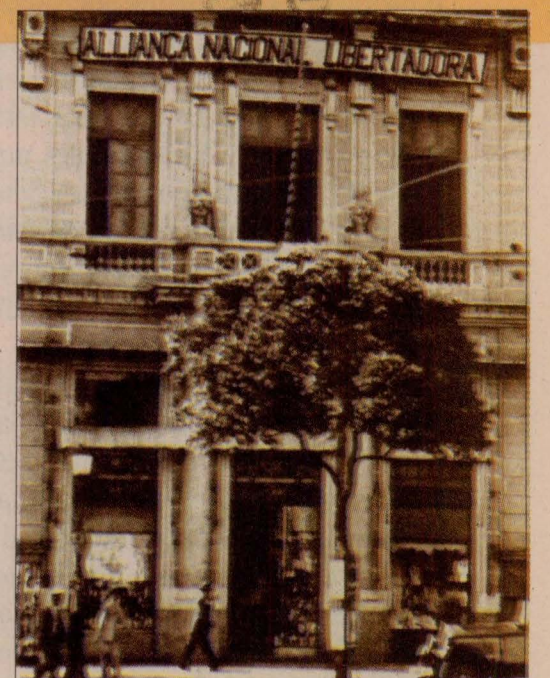
**ANOS**  
**20**

O jornal **A Classe Operária** foi lançado como órgão central do Partido Comunista do Brasil três anos após a sua fundação. O PC do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. Apenas três meses depois, foi colocado na ilegalidade, em consequência da implantação do estado de sítio devido ao levante do Forte de Copacabana em 5 de julho.

**A Classe Operária**, semanal, teve início com a tiragem de 5 mil exemplares em 1º de maio de 1925, chegando a 11 mil em 25 de julho de 1925, quando foi fechada. Em 1º de maio de 1928 foi relançada **A Classe Operária**, semanal, que persistiu até fins de 1929, alcançando tiragens de até 15 mil exemplares.

Referindo-se ao período, o fundador do Partido e de **A Classe**, Astrojildo Pereira, escreveu: "Estávamos em estado de sítio – decretado em 5 de julho de 1924 e sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 1926 –, o que tornava ainda mais difíceis as naturais dificuldades de um empreendimento dessa natureza..."

Vendia-se diretamente nas fábricas e locais de trabalho, bem como nas sedes dos sindicatos operários, por membros do Partido e simpatizantes, alargando-se de semana em semana o círculo dos seus leitores. O êxito obtido ultrapassava, em suma, os cálculos mais otimistas" (artigo escrito em 1947).



**ANOS**  
**50**

Em agosto de 1950, o Partido Comunista lança um Manifesto defendendo o caminho revolucionário para a solução dos problemas vividos pelo país. Procura imprimir maior combatividade às ações de massas nas cidades e dar atenção ao desenvolvimento da luta no campo. No entanto, o Partido adota também posicionamentos sectários. Abstém-se de participar das eleições presidenciais de 1950 e adota atitude rígida de combate sistemático a Getúlio

Vargas, eleito presidente.

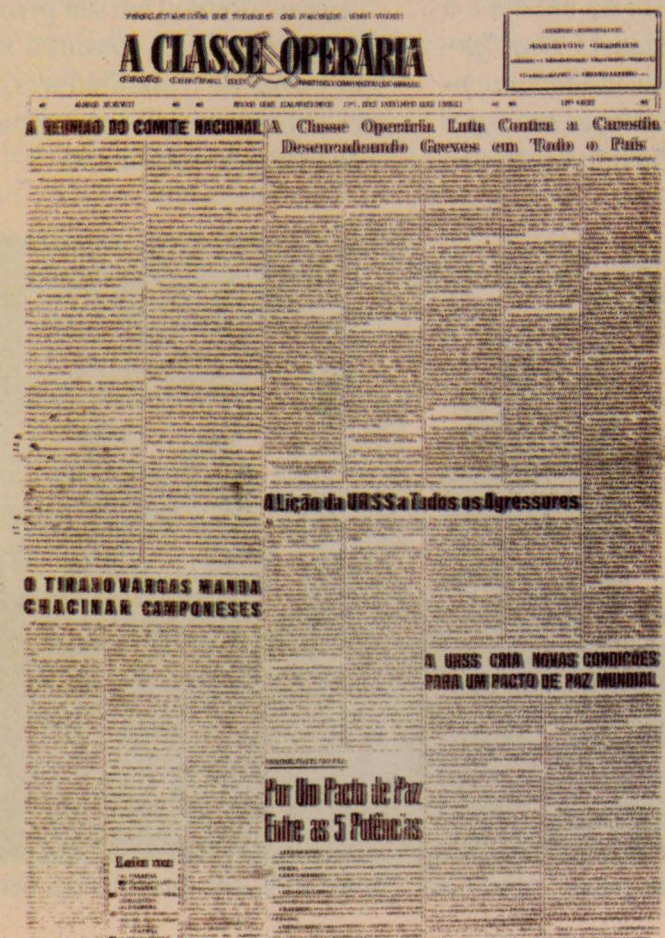
Nesse período, elabora seu primeiro Programa, onde mostra certo domínio do marxismo-leninismo e da realidade nacional. Mas tem dificuldades em elaborar uma tática coerente com o Programa. Logo em seguida, em Moscou é realizado o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, quando Nikita Krushev adota uma nova política que acarretará sérios prejuízos para o movimento comunista internacional, com graves reflexos no Brasil. Um grupo liderado por Prestes adere às teses de Krushev e apossa-se da direção do Partido Comunista do Brasil – o grupo irá inclusive mudar o nome do Partido, para Partido Comunista Brasileiro. O Programa do Partido, de 1954, é abandonado. Os membros efetivos do Comitê Central que se opõem à orientação de Prestes são afastados. Grande número de militantes não aceita a nova linha partidária.

**A Classe Operária**, que havia reaparecido em 1951, deixou novamente de circular em 1953, devido à repressão governamental (o jornal era apreendido nas bancas dos jornaleiros, seus vendedores vítimas de toda sorte de vexames). Nos anos de 1956-57, quando o grupo prestista assume a direção do Partido, toda tentativa de reeditar **A Classe Operária** é abandonada.

**ANOS**  
**60**

Em fevereiro de 1962, sob a direção de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Elza Monnerat, dentre outros, realiza-se a Conferência Extraordinária que reorganiza o Partido Comunista do Brasil. O rompimento com os seguidores do rumo que levou a URSS de volta ao capitalismo é acontecimento de importância histórica.

Em março **A Classe Operária** é relançada como órgão central do Partido Comunista do Brasil, tendo Maurício Grabois como diretor e Pedro Pomar como redator-chefe. Retomando as tradições comunistas, afirma em editorial de agosto de 1962: "As forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que lutam por um governo popular revolucionário, têm o dever de organizar a luta do povo, as ações de massas contra a carestia de vida, pela reforma agrária radical, pela solução dos problemas de abastecimento, pelas liberdades". Em julho de 1963 publica o documento *Resposta a Krushev*, onde desmascara o caminho de traição ao socialismo adotado pelos novos governantes soviéticos e seus seguidores e faz fundamentada defesa da reorganização do Partido Comunista do Brasil, que passará a ser conhecido pela sigla PCdoB. Em abril de 1964 o jornal é fechado pelos generais que instauram a ditadura militar. **A Classe Operária**, na clandestinidade, afirma em editorial: "A ve-



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



# ANOS 30

Em meados de 1929 a redação de **A Classe Operária** foi invadida pela polícia e depredada. A partir daí, circulou na clandestinidade, sendo duramente perseguida pelas forças governistas. Mesmo assim, desempenha importante papel na preparação da grande jornada e insurreição dirigida pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Partido Comunista, em 1935. Com a derrota do movimento, a repressão se abate ainda mais furiosamente contra o jornal.

Apesar da descoberta pela polícia de várias de suas oficinas e do assassinato de gráficos que a imprimem, **A Classe Operária** aparece sempre, estimulando os patriotas a combater o fascismo. O movimento popular começa a se reerguer com a campanha presidencial de 1937.

Amedrontadas, as forças reacionárias desencadeiam o golpe fascista de 10 de novembro 1937, que instaura o chamado Estado Novo. Ao tempo em que defende "Anistia a todos os presos políticos, aos condenados e exilados políticos!", o jornal publica documento de março de 1938, assinado pela direção do Partido Comunista do Brasil, reafirmando que "apoiará com todas as suas forças qualquer indivíduo, organização ou governo, fará blocos e lutará ombro a ombro com quaisquer forças políticas que objetivem e queiram levar à prática um programa de salvação nacional."

Com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, as classes dirigentes buscam arrastar o Brasil para a aliança com a Alemanha de Hitler. O PC e **A Classe Operária** participam ativamente do movimento contra o nazifascismo, que atingirá dimensões de massa nas grandes cidades. Em fins de 1939 e começo de 1940, caem nas garras da polícia o Comitê Central e as direções estaduais do Partido Comunista. O Partido é praticamente dispersado. Em princípios de 1940, **A Classe Operária** deixa de circular. O movimento democrático e progressista sofre um duro golpe.



# ANOS 40

Já em 1941 tem início a reorganização do Partido Comunista. Após dois anos, é realizada a Conferência da Mantiqueira, tendo por principais organizadores Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Amarílio Vasconcelos e Mário Alves, dentre outros. Essa conferência reestrutura o Partido, elabora nova tática política e elege nova direção. Desta Conferência se projetam dirigentes que vão exercer grande influência no movimento comunista e democrático brasileiro.

No início de 1945, a vigorosa campanha pela anistia aos presos políticos consegue a vitória. Centenas de comunistas, postos em liberdade, reforçam a organização do Partido Comunista que obtém, após 23 anos de existência, a legalidade. Participa das eleições e tem presença marcante na Constituinte de 1946. **A Classe Operária** volta a circular em 9 de março de 1946. Em artigo sobre os elementos para a história do jornal, Rui Facó informa que não foi possível "encontrar o gráfico que recebia a matéria destinada à **Classe** e a conduzia para sua oficina, desconhecida dos próprios redatores. Esse gráfico foi morto a pauladas pela polícia baiana. Seu nome deve ser guardado: Antônio Ferreira da Silva". O país, porém, será submetido ao governo reacionário do ge-

neral Eurico Gaspar Dutra. O Partido Comunista tem seu registro cassado. Os parlamentares comunistas perdem o mandato e **A Classe Operária** volta a ser duramente perseguida. Em 1948 sua publicação é suspensa.



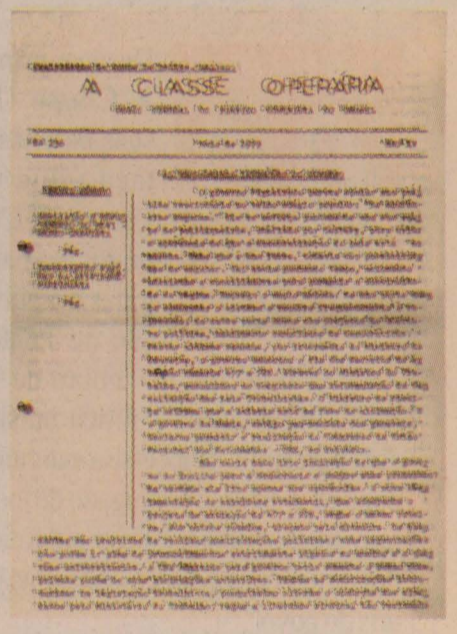
lha **Classe**, herdeira das mais gloriosas tradições revolucionárias dos trabalhadores brasileiros, em especial dos comunistas, foi um dos primeiros alvos da reação policial-militar que varre furiosamente o país. Sua redação foi invadida, depredada e, até o presente, se encontra interditada. Pela força e pelo arbitrio, o porta-voz do Partido Comunista do Brasil se calou temporariamente. ... Hoje, sua palavra se faz novamente ouvir. É mais uma fase de sua heróica existência".

O jornal passa a ser publicado com feição gráfica diversificada, uma vez que é impresso em vários Estados, de acordo com as condições locais. Combate, desde o primeiro momento, a ditadura militar. Publica propaganda revolucionária marxista-leninista, documentos do Partido, análises da situação política, orientações para a luta de massas e artigos sobre a vida dos trabalhadores e do povo.

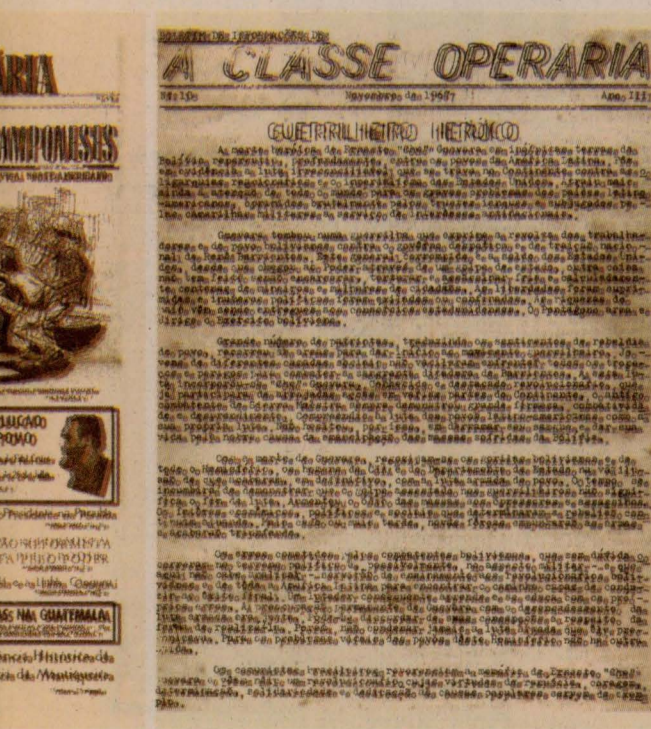
# ANOS 70

A partir do final dos anos 60 a ditadura militar assume características terroristas abertas. Democratas e comunistas são duramente perseguidos, torturados e mortos pelo Estado repressor. Mesmo em condições adversas, o órgão central do Partido Comunista é editado. Em setembro de 1972 publica "O povo conquistará a verdadeira Independência", sobre o sesquicentenário do Grito do Ipiranga. Em dezembro a polícia invade o local onde é impressa **A Classe Operária** em São Paulo. Confisca suas máquinas e tortura os que nela trabalham. O jornal continua sendo publicado pelos mais variados meios. Em fevereiro de 1973 divulga comunicado da direção do PCdoB sobre o assassinato, nas câmaras de torturas, de Carlos Danielli, Lincoln Oest e Luís Guilhardini. Em abril divulga a saudação aos guerrilheiros do Araguaia, que davam início à gloriosa jornada de luta contra a ditadura militar, nas selvas do Pará.

Em dezembro de 1976, forças do Exército invadem uma reunião da direção do PCdoB na Lapa, em São Paulo, prendendo e matando dirigentes comunistas. **A Classe Operária** passa a ser editada no exterior e enviada clandestinamente para o Brasil. Seus principais artigos são veiculados pela Rádio Tirana, da República Popular Socialista da Albânia. Em várias regiões do Brasil os comunistas reproduzem, de inúmeras formas, esses artigos, garantindo a existência do jornal e a divulgação das análises e propostas comunistas nas mais duras condições de ilegalidade.



Ao longo da década, em torno de bandeiras como a Anistia ampla, geral e irrestrita; as liberdades democráticas e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana vão se unindo as forças que se opõem à ditadura militar. A luta contra a carestia e por melhores salários ganha amplas massas. O movimento estudantil, sindical e popular volta a ocupar as ruas do país. No final da década, a Anistia Grabois representa uma grande vitória da luta democrática contra a ditadura militar.



# A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



**Reforçar a unidade alcançada e intensificar a luta**

Os anos 80 registraram algumas das maiores manifestações políticas envolvendo significativos setores da população brasileira. Destaque especial tem o amplo movimento em defesa das eleições diretas para presidente da República. Milhões de brasileiros usaram camisetas com os dizeres "Eu quero votar para presidente!". A ditadura militar, largamente repudiada, já não tinha como continuar impondo-se ao país.

## A Classe Operária

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



## UNIÃO DA ESQUERDA PARA GANHAR A PRESIDÊNCIA

Em reunião histórica de 29 de março em Brasília as presidências municipais do PCdoB, do PT, do PSB e do PP decidiram por uma aliança política inédita no Brasil, a Frente Brasil Popular, para concorrer à presidência em 1986. Esta aliança representa o primeiro passo para a construção de uma frente popular de esquerda. Mais de mil pessoas se reuniram em Brasília para apoiar a formação do bloco. São colônias de dois anos de trabalho e de luta em prol da unidade da esquerda.

## ANOS 80

Os anos 80 registraram algumas das maiores manifestações políticas envolvendo significativos setores da população brasileira. Destaque especial tem o amplo movimento em defesa das eleições diretas para presidente da República. Milhões de brasileiros usaram camisetas com os dizeres "Eu quero votar para presidente!". A ditadura militar, largamente repudiada, já não tinha como continuar impondo-se ao país.

A emenda das eleições diretas não passou no Congresso, em 1984 (faltaram 22 votos...), mas o candidato dos militares à sucessão do general João Batista Figueiredo, Paulo Maluf, não conseguiu vencer, no Colégio Eleitoral, o candidato das oposições, Tancredo Neves. Com a eleição de Tancredo e seu vice, José Sarney (que seria empossado presidente, devido à doença e morte de Tancredo), o regime ditatorial chegou ao fim. Os comunistas, que já vinha desenvolvendo campanha para garantir a existência legal do PCdoB, realizam em março de 1986 a primeira reunião aberta da direção nacional do Partido.

Durante a ditadura militar, foram editados 159 números do jornal. Em junho de 1985, **A Classe Operária** voltou a circular. A imprensa comunista já estava envolvida na batalha pela unidade dos trabalhadores, democratas e patriotas "em prol da verdadeira independência, da plena liberdade, do progresso a serviço da maioria da nação", e afirmando que "A unidade é a bandeira da esperança".

No final da década, o jornal abriu suas páginas para a divulgação e fortalecimento da Frente Brasil Popular, que tinha como candidato a presidente Luís Inácio Lula da Silva.

# Promova a exposição do jornal A Classe Operária

A exposição realizada em Brasília pode ser adquirida na íntegra, através de CD Rom, que poderá ser reproduzida no tamanho desejado. Faça seu pedido através dos telefones: (11) 3104-4140 e 3106-0416, com Francyroze ou pelo correio eletrônico: [classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br)

### Leia e assinie o jornal A Classe Operária

Envie seu nome, endereço, CEP, cidade e Estado para a Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01318-020. 15 edições = R\$ 15,00. Cheque nominal, depósito na conta corrente (C/C 48676-7, Ag. 0251, Banco Itaú) ou número e validade de seu cartão de crédito

## ANOS 90

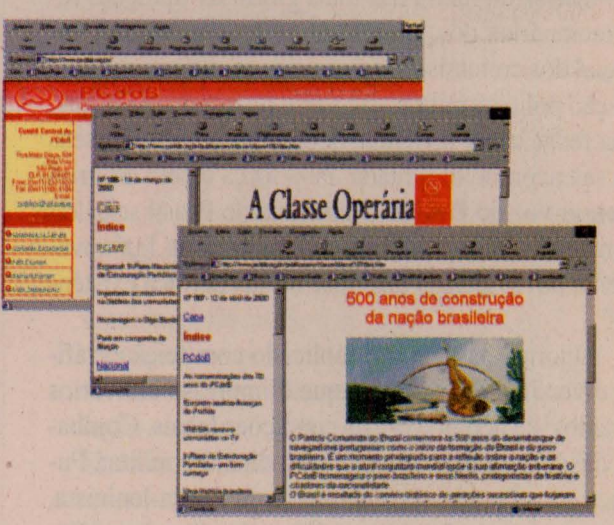
Desde o primeiro momento, **A Classe Operária** abriu suas baterias contra a orientação que o governo de Fernando Collor de Mello impôs ao país. Em suas páginas foi publicada a resolução do PCdoB que propôs *Fora Collor!*, em novembro de 1991 (foi a primeira organização política brasileira a levantar essa bandeira): "Impõe-se a mais ampla mobilização popular, o esforço conjugado de todas as correntes e movimentos democráticos, patrióticos e populares a fim de tornar realidade essa aspiração da grande maioria do povo".

O governo de Fernando Henrique Cardoso, que retomou em toda a linha o projeto neoliberal de Collor, também conta com oposição marcante nas páginas de **A Classe Operária**. O jornal publicou documento do PCdoB, de 6 de fevereiro de 1999, advogando: "Somente um movimento cívico em defesa de um Brasil democrático, independente e socialmente justo, formado da ampla união de todas as forças que se opõem decididamente ao governo vende-pátria de FHC, e apoiado na mobilização consciente e organizada do povo em grandes manifestações públicas será capaz de pôr cobro à atual situação e alcançar um governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e progressistas, que abrirá novo rumo para o Brasil".

Numa série de artigos e análises, **A Classe Operária** foi expressando também sua denúncia do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, reafirmou a convicção de que o socialismo é a única alternativa de



fundo que pode ser contraposta ao capitalismo, citando João Amazonas, presidente do PCdoB e jornalista responsável de **A Classe Operária**: "O capitalismo não tem conserto, é impossível humanizá-lo sendo a sua essência a exploração feroz do homem pelo homem". É fiel a esta compreensão, e ao compromisso assumido há 75 anos, que **A Classe Operária** mantém-se atuante no ano 2000, agora incorporada ao Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, e reafirmando-se como um "jornal de trabalhadores feito para trabalhadores".



## 500 ANOS DE LUTA

NA CONSTRUÇÃO DE UM POVO, UMA CULTURA, E UMA NAÇÃO NOVOS

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## NACIONAL

## Congresso da Oclae é vitória dos estudantes latino-americanos

**N**emos de pensar na pátria latino-americana representada na Oclae". Com essas palavras, proferidas no Congresso da UNE em Belo Horizonte, em julho do ano passado, Fidel Castro colocou Cuba à disposição para sediar o 12º Congresso Latino-americano e Caribenho de Estudantes. O 11º CLAE havia sido em Brasília, em 1998, organizado pela UNE e pela UBES.

Realizado em Havana, de 1º a 5 de abril, o Congresso da Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes (Oclae) contou com a participação de 6012 estudantes de 38 países (todos os países da América Latina e mais alguns convidados) representando mais de 120 milhões de universitários

o e secundaristas membros das entidades estudantis. Alguns dias antes, na Líbia, terminava o congresso de reconstrução da União Internacional de Estudantes - UIE.

O 12º CLAE aconteceu em um momento de muita mobilização estudantil na América Latina. Em passeatas, greves e manifestações propriamente estudantis ou em conjunto com o movimento sindical e camponês, os estudantes latino-americanos levantam-se contra o neoliberalismo, em defesa da educação pública, da democracia e da soberania nacional. Os debates do congresso deram aos participantes um panorama, país a país, dessas mobilizações.

O Brasil participou com uma delegação de mais de 160 estudan-

tes, liderados pela UNE e pela UBES. Os brasileiros, e principalmente os estudantes da UJS, tiveram influência política decisiva para que a marca principal do CLAE fosse a unidade dos estudantes contra o imperialismo dos EUA e a revitalização crescente da Oclae. A declaração final aprovada, de excelente nível, afirma que "a unidade será sempre o caminho de nossas vitórias".

Na eleição para o Secretariado Geral, composto por 10 entidades e eleito por unanimidade, a UNE e a UBES foram reeleitas. A UNE assume a coordenação do Cone Sul e a UBES o Secretariado Executivo, através de seu diretor Rubem Diniz, da UJS. A FEU de Cuba foi reeleita para a presidência.

## Ouro de tolo

WADSONRIBEIRO\*

**M**ais uma vez ressurgiu a discussão sobre a cobrança de mensalidades nas universidades públicas sob o falso argumento da democratização do acesso ao ensino superior. Além dos artigos e matérias em jornais criticando a gratuidade como um paradigma que impede a universalização do acesso, surge agora projeto de lei que propõe a cobrança de mensalidades de alunos oriundos de escolas particulares.

A gratuidade, mais do que um paradigma, é uma necessidade objetiva num país marcado pelo analfabetismo e cujos indicadores sociais estão entre os piores do mundo. O Brasil é o quarto colocado em desemprego no planeta e as taxas internas também são alarmantes: em Salvador chega a 24% da população economicamente ativa; em São Paulo está em 18,5% e em Recife passou de 20. O salário-maternidade virou fonte de renda para famílias miseráveis do Nordeste e até o final deste ano 2000 o país deverá atingir a marca de 20 milhões de crianças desnutridas, ou 12,5% da população.

O fortalecimento da educação em todos os níveis está entre as medidas imprescindíveis para a elevação das condições de vida de nosso povo e, neste aspecto, é preciso entender a educação como um sistema, para livrar-se de focalizações que distorcem a realidade.

A universidade pública responde por quase 90% da produção científica e tecnológica do Brasil, sendo que em muitos Estados ela é o principal centro produtor e reprodutor de conhecimento, colaborando na diminuição das desigualdades regionais. Na maioria dos casos, o município em que está localizada a instituição obtém lucros com arrecadação extra e ajuda a incrementar o desenvolvimento regional. Estudo do professor José Munari Bovo, da Unesp, indica que as cidades que sediam unidades daquela universidade pública paulista conseguem, em média, 30% a mais no seu orçamento. São os reflexos da movimentação da economia local gerada por alunos, professores e funcionários.

O investimento financeiro do Estado nas universidades também é devolvido na forma de serviços que, dia após dia, o mesmo poder



Wadson (ao centro): defesa do ensino público

público se desincumbem de oferecer à população carente. A Unicamp, por exemplo, acolhe em seu Hospital de Clínicas quase todos os pacientes dos hospitais da região de Campinas que suspenderam seus convênios com o Sistema Único de Saúde. A manutenção da gratuidade, portanto, além de garantir a universidade como espaço democrático de troca de experiências, é também ponto de busca da elevação de nosso bem-estar social e de saídas para a crise.

Se, em alguns cursos, existe a elitização, ela é resultado da falência do ensino médio público, abandonado ao longo de décadas por governos irresponsáveis e comprometidos politicamente com o ensino privado. A cobrança de mensalidades, mesmo dos alunos oriundos de escolas particulares, ao invés de resolver o problema da democratização do acesso, serviria para elitizar esse acesso que hoje alguns julgam já restrito. A gratuidade seletiva, em que todos pagam e o governo fornece bolsas aos que não podem pagar, funciona ao sabor dos ventos políticos, e as bolsas podem ser cortadas na hora em que o mandatário do governo achar que é preciso reduzir gastos - vide a situação atual do crédito educacional.

A democratização do acesso não passa por cobrar mensalidades nas instituições públicas, nem mesmo por aportar recursos estatais para financiar um ensino privado de qualidade quase sempre duvidosa e no qual - com brilhantes exceções - prevalece a diretriz mercadológica.

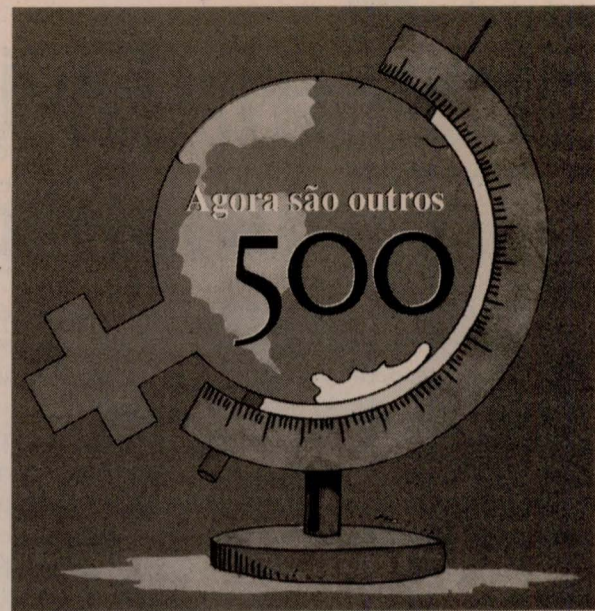
Para democratizar o ensino superior é preciso fortalecer seus aspectos gratuito, público e de boa qualidade, e para isso sugerimos, já há um bom tempo, algumas medidas. Uma delas é melhorar o nível

do ensino médio público para que os alunos egressos dessa rede possam ter as mesmas condições de disputar as vagas com os alunos vindos da rede privada. Outra é aumentar significativamente as vagas nas universidades públicas para que todos tenham acesso aos bancos universitários independentemente de condição sócio econômica, até para que a escola particular passe a ser verdadeiramente uma opção e não uma imposição como hoje. Por fim, é urgente que o governo federal retome programas de assistência estudantil para que o alto grau de carência e a necessidade de sobrevivência não obriguem o aluno a abandonar os estudos em busca de um emprego cada vez mais raro.

Veladas ou não, as tentativas de impor cobrança de mensalidades em nossas universidades públicas se diversificam pelo país. Recentemente o governo do Tocantins, num típico exercício de façoeste caboclo, repimiu manifestação contra cobrança de mensalidades e privatização da Unitins, dezenas de estudante foram arbitrariamente presos e o governador fez questão de dar mau exemplo pessoalmente: agrediu a estudante Anderli Ferreira

Por trás do falso brilho da cobrança de mensalidades, seja qual for a circunstância, se escondem os interesses espúrios de privatização progressiva e intensificação do processo de sucateamento de nossas universidades públicas. Caminho mais curto para os que querem resolver os problemas de nossas universidades públicas acabando com elas.

\*presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)



## O Feminismo nos 500 anos de Dominação

LIÈGE ROCHA\*

**D**e 26 à 30 de abril, 714 mulheres, de vários pontos de nosso imenso país, estiveram reunidas no XIII Encontro Nacional Feminista, cujo lema central foi "O Feminismo nos 500 anos de Dominação: Resistências, Conquistas e Perspectivas". Os encontros feministas têm se caracterizado como momentos de debates, articulações, manifestações, divulgação de materiais e publicações, mas não são fóruns deliberativos. Sendo assim, não aprovam diretrizes nem planos de ação para o movimento feminista. Apenas moções e o local onde será realizado o próximo Encontro são votados na Plenária Final.

A maioria das participantes era de mulheres brancas, que representaram 38,5%; as negras, 22,86%; as amarelas, 1,4%. O percentual restante foi dividido entre as que se consideraram não brancas, indefinidas e as que não responderam. 60,99% responderam ter curso superior, seguidas de 15,42% com 2º grau; 4,91% superior incompleto; 4,63% primeiro grau; 1,40% primeiro grau incompleto; 0,98% 2º grau incompleto; 0,14% analfabetas e 11,92% não responderam. 218 das participantes tinham entre 31 e 40 anos, 201 entre 41 e 50 anos, 95 entre 20 e 30 anos, 91 entre 50 e 60 anos, 9 menores de 19 anos, 79 não responderam. Há uma renovação nas participantes do movimento feminista e existe uma predominância dos setores médios com um alto grau de escolaridade.

A cada novo encontro tem se diversificado e ampliado os seguimentos presentes. Hoje não só as feministas históricas ocupam este espaço. Cresceu a participação de trabalhadoras urbanas e rurais, das mulheres negras, jovens, dos partidos políticos e dos movimentos populares, sem esquecer a presença de representantes de comunidades indígenas.

Apesar da enorme gama de temas tratados, como o das grandes mesas que abordaram: "O Feminismo nos 500 anos de Dominação: Resistências, Conquistas e Perspectivas" e "Feminismo e História no Brasil", das mesas de interesse sobre "Saúde e violência", "O Poder das Mulheres e as Mulheres no Poder"; "Conferências Internacionais, Direitos

Sociais e Políticas Públicas"; "Espiritualidade e Cultura; Sexualidade e Direitos Sexuais; Trabalho, Meio Ambiente e Tempo Livre; Mulher e Meios de Comunicação; Processo de Formação: Linguagem e Renovação, passando pelas Oficinas Temáticas que discutiram desde nutrição e beleza, dança do ventre, globalização, impacto sobre as mulheres, bioética e feminismo, contracepção, DST/AIDS, mulheres da floresta, rádio experimental e muitos outros assuntos, faltou o debate mais de fundo da situação nacional, da crise política, econômica e social que assola o nosso país. Com raríssimas exceções, esta discussão passou ao largo, como se os temas específicos não tivessem uma inter-relação com esta realidade adversa que faz da vida dos brasileiros, em especial das mulheres, um eterno remar contra a maré das dificuldades do nosso cotidiano - desemprego, ameaça de perda de direitos sociais, desmantelamento dos serviços públicos essenciais, etc.

Na Plenária Final, em cuja mesa estava a companheira Lúcia Guedes, da Bahia, foram aprovadas, entre outras, moções exigindo o Fora FHC; em Defesa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que hoje passa por um processo de esvaziamento político por parte do governo federal; em Defesa da Convenção 103 da OIT, que trata da proteção à maternidade; e contra a violência desencadeada sobre os manifestantes, em Porto Seguro.

A União Brasileira de Mulheres esteve presente com uma delegação significativa, com companheiras de SP, MG, DF, ES, MA, GO, PR, RS, BA, PE, PB, RN, CE. Organizou algumas Oficinas Temáticas, tendo Liège Rocha apresentado numa delas o resultado da pesquisa realizada pela UBM, em São Paulo, sobre "O Impacto do Desemprego na Saúde de Homens e Mulheres" e ainda Fátima Oliveira sobre Bioética e Kátia Souto sobre DST/AIDS.

Ainda que neste fórum feminista não se priorize a macro política, ele se constitui num espaço privilegiado de mobilização e aglutinação, bem como de discussão das questões que dizem respeito às mulheres.

\*coordenadora nacional da UBM

## Nacional

## Homenageando Euclides Neto

FÁTIMA XAVIER

**S**e nada mais nos tivesse deixado como legado, o exemplo da Fazenda do Povo, dos primeiros projetos de Reforma Agrária implantados no Brasil, em 1963, mais especificamente na cidade de Ipiáú (BA), seria suficiente para ficar na história a vida e a obra de Euclides José Teixeira Neto. Até hoje, estão ali assentadas, cerca de 75 famílias. Escritor, advogado por mais de 50 anos, defensor de primeira hora de posseiros, Euclides estimulava e defendia ocupações de terras improdutivas muito antes do MST, MLT ou movimentos correlatos. Foi prefeito de Ipiáú, titular da primeira Secretaria de Reforma Agrária do país no Governo Waldir Pires (1986/1989) e, posteriormente, coordenador nacional das Secretarias Estaduais de Reforma Agrária. Por conta da Fazenda do Povo e de pertencer aos quadros do antigo PCB, Euclides Neto foi preso em 1964, depois do golpe militar. Cidadão da Cidade de Salvador, título concedido pela Câmara Municipal da capital baiana em 1991, ele foi ainda o autor do atualizadíssimo artigo "O

Sal das Esquerdas", publicado na *Tribuna da Bahia*, em 15 de julho de 1992, onde reconhece no Partido Comunista do Brasil, "a grande resistência à hegemonia do capitalismo", e o "guardião da essência ideológica e cepa das esquerdas modernas", depois da queda das fracassadas experiências socialistas do Leste Europeu.

Entre as principais obras, o baiano ilustre escreveu *Porque o homem não veio do macaco*, *Berimbau*; *Vida Morta*; *Os Magros*; *O Patrão*; *Comercinho do Poço Fundo*; *Os Genros*; *64: Um Prefeito*, a *Revolução e os Jumentos*; *Machombongo*; *O Menino Traquino*; *A Enxada e Dicionário das Roças de Cacau*; e, finalmente, *Nas Trilhas da Reforma Agrária*. Em decorrência de complicações cardíacas, Euclides Neto faleceu recentemente, aos 74 anos.

Em nome do Partido Comunista do Brasil, o deputado Haroldo Lima ocupou a tribuna da Câmara Federal para lamentar seu desaparecimento: "Euclides foi, de certa maneira, o homem da reforma agrária na Bahia. Sua figura simples, discreta, mas decidida, despertava o maior respeito no homem do campo."

## Lobato e a eterna ameaça à democracia

VLADIMIR SACCHETTA

**A** parábola do Rei Vesgo foi escrita por Monteiro Lobato para um comício realizado em 16 de junho de 1947 no Vale do Anhangabaú, São Paulo, em protesto pela proibição das atividades do Partido Comunista em todo o Brasil e diante do perigo da cassação dos mandatos de seus parlamentares, concretizada no início do ano seguinte.

*O Catete mudou pra Brasília, Filinto Müller, o todo poderoso chefe de polícia de Vargas, virou Romeu Tuma, senador como ele, e o soba - uma expressão que o pai da Emília gostava de usar para designar os donos do poder - agora se chama Fernando Henrique Cardoso. A produção caudalosa de medidas provisórias e a farta distribuição de verbas e cargos visando a continuidade no trono, numa fujimorização bem à brasileira, dão a idéia da situação das nossas instituições democráticas. Isso sem falar na ressurreição do antigo SNI e da censura, em que o veto à entrevista de João Pedro Stedile na rede de TVs educativas foi um sinal de alerta. Por tudo isso, seu Rei Vesgo continua atual e convida à reflexão:*

## História do rei vesgo

Na frente do palácio de certo rei do Oriente havia um morro que lhe estragava o prazer. Esse rei, apesar de ser vesgo, tinha uma grande vontade de "dominar a paisagem"; vontade tão grande que ele não pôde resistir, e lá um belo dia resolveu secretamente arrasar o morro. Tratava-se, porém, de um morro sagrado, chamado o Morro da Democracia, e defendido pelas leis básicas do reino. Nem essas leis, nem o povo jamais consentiriam em sua demolição, porque era justamente o obstáculo que limitava o poder do rei. Sem ele o rei dominaria ditatorialmente a paisagem, o que todos tinham como um grande mal.

Mas aquele rei, que além de vesgo era malandro, tanto espremeu os miolos que teve uma idéia. Piscou e chamou uns cavouqueiros, aos quais disse:

- Tirem-me um pouco de terra desse morro, ali há umas touceiras de craguatá espinhento. Se o povo protestar contra a minha mexida no morro, direi que é para destruir o craguatá espinhento; e que se tirei um

pouco de terra foi para que não ficasse no chão nem uma raiz ou semente.

Os cavouqueiros arrancaram os pés de craguatá e removeram várias carroças de terra. O povo não protestou; não achou que fosse caso disso. Só alguns ranzinhas murmuraram, ao que os apaziguadores responderam:

- "Foi muito pequena a quantidade de terra tirada; não fará falta nenhuma."

Vendo que não houve protesto, o rei, logo depois, deu nova ordem aos cavouqueiros para que arrancassem outro pé de qualquer coisa, mas com terra - ele fazia muita questão de que a planta condenada saísse sempre com um bocadinho de terra... Continuando o povo a não protestar, prosseguiu o rei por muito tempo naquela política de "extirpação das plantas daninhas do morro", e as foi arrancando, sempre "com terra", até que um dia...

- Que é do morro?

Já não havia morro nenhum no reino. Desaparecera o Morro da Democracia, e o rei pôde, afinal, estender o seu olho vesgo por todo o país e governá-lo despoticamente - não pelo breve espaço de apenas quinze anos, mas pelo de trinta e tantos, segundo rezam as crônicas históricas.

Isso foi no Oriente. Mas nada impede que aqui aconteça o mesmo, porque também temos o nosso morrinho da Democracia, cheio dessas plantas más que costumam nascer em tais morros. É preciso, pois, que o povo se mantenha sempre vigilante, para que os nossos reis vesgos não as arranquem "com terra". Do contrário o morro se acaba - e... como é? Ditadura outra vez? DIP outra vez? Tribunalzinho de Segurança outra vez? Paizinho dos pobres outra vez?

Este comício tem essa significação. É um protesto do povo contra as primeiras carroçadas de terra que o nosso rei, sob o pretexto de arrancar o craguatá espinhento do comunismo, tirou o nosso Morro da Democracia. Cesteiro que faz um cesto faz cem. Quem tira uma carroçada de terra tira mil. Se não reagirmos energicamente, um dia estaremos privados do nosso morro e com um terrível soba dominando toda a planície.

E se tal acontecer, e esse soba instituir o Relho como instrumento de convicção, será muitíssimo bem feito, porque outra coisa não merece um povo que deixa seus governantes despojarem-no pouco a pouco das suas mais belas conquistas liberais.

O preço da liberdade é uma vigilância barulhenta como a dos gansos do Capitólio.

## Revolução dos Cravos comemorada no Brasil

**T**rês acontecimentos marcaram de forma memorável as festividades promovidas pelo Centro Cultural 25 de Abril (CC25A), de São Paulo, para comemorar o 26º aniversário da Revolução dos Cravos e o 18º aniversário do CC25A. O primeiro, no dia 23, foi a cerimônia de lançamento do "Prêmio de Reportagem 25 de Abril - Viagem à Revolução dos Cravos", realizada na sede do Centro. Fizeram uso da palavra o presidente do Centro, Alexandre Pereira, e os diretores Sérgio Gomes e Luís Botelho. Este último prestou esclarecimentos mais detalhados acerca do Regulamento e desenvolvimento do Concurso - que é aberto a estudantes de jornalismo do Brasil e de Portugal, tendo com tema a Revolução de 25 de Abril de 1974. Os vencedores ganharão uma viagem com estada de 10 dias em Portugal.

Após a explanação de Luís Botelho, iniciou-se um agradável sarau com excelentes interpretações de Ivan Vilela, músico e compositor brasileiro (viola caipira), Américo Silva, português (guitarra portuguesa), Bonfim, brasileiro (violão) e Gereba, músico e compositor nordestino, em participação especial (violão), que tocaram e cantaram músicas populares dos dois países; algumas delas acompanhadas de cantoria e palmas ritmadas da alegre assistência que, em bom número, compareceu à reunião que se estendeu até as 22 horas e durante a qual foram servidos gostosos salgadinhos da culinária luso-brasileira, bom vinho do Rio Grande do Sul e farta distribuição de cravos vermelhos.

No dia 24, procedeu-se à solenidade do assentamento, no aprazível Largo Mestre de Aziz, da pedra fundamental do monumento em homenagem ao 25 de Abril, obra do escultor português José Aurélio, presente ao ato. Este logradouro situa-se no Jardim Lusitânia, ao lado do Parque do Ibirapuera, a maior área de lazer de São Paulo. Na abertura o Coral da Banda Militar do Estado de São Paulo cantou os hinos de Portugal e do Brasil. José Aurélio leu uma carta de apoio da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, grande incentivadora e colaboradora do evento, assinada pelo seu presidente, Carlos de Sousa; e

o presidente do CC25A, Alexandre Pereira, leu uma carta de solidariedade da Associação 25 de Abril, de Portugal, assinada pelo seu presidente, general Vasco Lourenço.

A pedra fundamental, com uma placa alusiva à histórica data e envolta pela bandeira portuguesa, foi descerrada pelo companheiro Manuel Soares, sócio fundador do CC25A e velho combatente democrático desde os tempos do jornal *Portugal Democrático*.

No final emocionante ouviu-se uma gravação do poema "As portas que Abril abriu" na voz do saudoso Ary dos Santos, o imortal poeta da Revolução.

Para coroar estes eventos, no dia 25, na monumental e recente Sala São Paulo, realizou-se um grande concerto com obras de Fernando-Graça, compositor português considerado o mais erudito da música contemporânea, e do pianista e compositor brasileiro Achille Picchi, que escreveu uma belíssima cantata especialmente para a ocasião. Antecedendo o concerto, o presidente do CC25A leu uma memória do 25 de Abril e das perseguições políticas sofridas pelo maestro Lopes-Graça.

A primeira parte foi preenchida com obras de Lopes-Graça para piano e canto e piano, tendo como solistas a meio-soprano portuguesa Dulce Cabrita, e Achille Picchi, piano, com interpretações do mais alto nível sob aplausos demorados no final de cada música. Na segunda parte, a Cantata D'Abril op.144, de Achille Picchi, executada pela Banda Sinfônica Juvenil do Estado de São Paulo, Coral Adventista de São Paulo, Dulce Cabrita, meio-soprano, Lenine Santos, tenor brasileiro, Achille Picchi, piano, e Fernando Muralha, ator português, narrador, sob a regência do maestro brasileiro Fábio Gomes de Oliveira, de maneira magistral arrebato a platéia de mais de 1200 pessoas que, de pé aplaudiu calorosamente a estu-penda atuação dos intérpretes, chamados à cena duas vezes.

Terminado o lindo espetáculo o CC25A ofereceu um vinho do Porto aos convidados que, em animados grupos, permaneceram nos amplos salões do teatro por muito tempo.

## Conhecer mais e melhor a militância partidária

**O** PCdoB está distribuindo aos diretórios regionais a nova versão do Sistema de Cadastro de Militantes e Dirigentes - Siscamid. A nova versão está sensivelmente mais aprimorada e prestará aos Comitês Estaduais e Municipais uma vasta gama de serviços, contribuindo para a organização, fortalecimento e conhecimento da militância partidária.

Tais serviços, que podem ser extraídos com totalização por Estado, por município ou por zona eleitoral são: envio de listagens de filiados ao cartório, emissão de etiquetas, elaboração de perfis, entre outros. O sistema permite, também, que os dados das fichas de filiação sejam preenchidos, diretamente pelos comitês municipais, facilitando o trabalho e envio dos dados para os CEs e para o CC.

As Secretarias de Organização devem ter o maior empenho para a instalação da nova versão. É necessário que sejam destacadas pessoas para a manutenção do banco de dados dos filiados. O Cadastro Partidário tem consequência na nossa política de organização e sua atualização constante é fundamental.

Por decisão do Comitê Central os bancos de dados dos Estados atualizados devem ser remetidos à direção nacional a cada 2 meses. Isso é fundamental para a política de organização e emissão de carnês de contribuição militante. O Comitê Central está disponibilizando também para os CEs dois programas do TSE: "Candev" e "Votm98", onde se pode obter os dados eleitorais de todo o país, por município e cargo disputado nas eleições de 1996 e 1998.

## INTERNACIONAL

# Um Nuremberg para julgar a injusta ordem econômica internacional

FIDEL CASTRO\*

Nunca antes a humanidade teve um potencial científico-técnico tão formidável, uma capacidade de geração de riqueza e bem-estar tão extraordinária e nunca antes o mundo foi tão desigual e a iniquidade tão profunda. As maravilhas tecnológicas, que têm tornado menor o planeta em termos de comunicações e distâncias, coexistem com a enorme e cada vez maior distância entre riqueza e pobreza, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A globalização é uma realidade objetiva que põe de manifesto nossa condição de passageiros de um mesmo navio, este planeta habitado por todos. Mas, nesse barco, os passageiros viajam em condições muito desiguais.

Uma exígua minoria viaja em camarotes de luxo dotados de Internet, telemóveis, acesso a redes globais de comunicação; dispõem de dieta alimentícia abundante e balanceada; consomem água limpa; têm atendimento médico sofisticado e acesso à cultura. Uma incensurável e desconsolada maioria viaja em condições que se assemelham às horríveis travessias do comércio de escravos entre a África e a América no passado colonial. Amontoados em porões insalubres, com fome, doenças e desesperança, assim viajam nesse navio, 85% de seus passageiros. É evidente que carrega injustiça demais para manter-se na superfície e segue um curso tão irracional e absurdo que não é capaz de chegar em porto seguro. Este navio parece destinado a chocar-se com um iceberg. Se isso acontecer, afundaremos todos. Os chefes de Estado e de governo que aqui nos reunimos, representantes da imensa e dolorosa maioria, temos o direito e, ainda mais, a obrigação de desviar o leme para corrigir esse rumo catastrófico. Temos a obrigação de ocupar o lugar que nos corresponde na ponte de comando para conseguir que todos naveguemos em condições de solidariedade, equidade e justiça.

Durante duas décadas, repetiu-se ao Terceiro Mundo um discurso simplista e único e se lhe impôs uma política única. Foi-nos assegurado que o mercado sem regulamentação, a privatização máxima e a retirada do Estado da atividade econômica eram os princípios infalíveis para alcançar o desenvolvimento econômico e social. Seguindo esses princípios, os países desenvolvidos e, em especial os Estados Unidos, as grandes multinacionais beneficiárias dessa política, e o Fundo Monetário Internacional planejaram, nas duas últimas décadas, a ordem econômica mundial mais hostil para o progresso de nossos países e também, a mais insustentável para a manutenção da vida em termos sociais e ambientais.

A globalização foi encerrada na camisa-de-força do neoliberalismo e, como tal, tende a globalizar não o desenvolvimento, mas a pobreza; não o respeito à soberania nacional de nossos Estados, mas sua violação; não a solidariedade entre os povos, mas o "salve-se quem puder" no meio da competição desigual do mercado. Duas décadas do chamado ajuste estrutural neo-

liberal têm deixado um saldo de fracasso econômico e desastre social que é dever dos políticos responsáveis encarar com o propósito de tomar as decisões imprescindíveis para arrancar o Terceiro Mundo deste beco sem saída. O fracasso econômico é evidente. Sob políticas neoliberais, a economia mundial teve um crescimento global entre 1975 e 1998 que foi apenas a metade do atingido no período 1945-1975, com políticas keynesianas de regulação de mercados e ativa participação do Estado na economia.

Na América Latina, onde o neoliberalismo tem sido aplicado com ortodoxia doutrinária, o crescimento econômico da etapa neoliberal tampouco vai mais além da metade do que se obteve com políticas desenvolvimentistas dirigidas pelos Estados. A América Latina não tinha dívida logo depois do pós-guerra. Hoje devemos quase um trilhão de dólares. A dívida por habitante é a mais alta do mundo. A diferença de renda entre os ricos e os pobres é também a mais alta do mundo. Há mais pobres, desempregados e famintos que nos piores tempos de sua história.

Com o neoliberalismo, a economia mundial não tem crescido mais rapidamente em termos reais, mas em troca se está multiplicando a instabilidade, a especulação, a dívida externa, o intercâmbio desigual, a tendência à ocorrência de crises financeiras mais frequentes, a pobreza, a desigualdade e o abismo entre o Norte opulento e o Sul despossuído.

Crise, instabilidade, turbulência e incerteza têm sido os termos mais utilizados nos dois últimos anos para se referir à ordem econômica mundial. A não regulação neoliberal e a liberalização da conta de capital têm profundas repercussões negativas numa economia mundial onde floresce a especulação nos mercados de divisas e de derivados financeiros, nos quais se realizam transações diárias não inferiores a 3 trilhões de dólares, a maioria das quais são totalmente especulativas. Exige-se de nossos países maior transparência na informação e uma efetiva supervisão bancária, mas entidades financeiras como os fundos de cobertura não oferecem informação sobre suas atividades, não têm regulação alguma e realizam operações com montantes muito superiores a todas as reservas dos bancos dos países do Sul.

No clima de especulação desmedida, os movimentos de capital de curto prazo tornam vulneráveis os países do Sul frente a qualquer contingência externa. Obriga-se o Terceiro Mundo a imobilizar recursos financeiros e a endividar-se para manter reservas em divisas com a ilusão de resistir a ataques especulativos. Mais de 20% das receitas de capital nos últimos anos se imobilizaram como reservas e, finalmente, foram incapazes de resistir a tais ataques, como se demonstrou na recente crise financeira iniciada no Sudeste Asiático.

Nos Estados Unidos estão colocados uns 727 bilhões de dólares procedentes das reservas dos Bancos Centrais do mundo. Isto dá lugar ao fato absurdo de que, com suas reservas, os países pobres oferecem financiamento barato e a lon-



Fidel: demolir o FMI

go prazo ao país mais rico e poderoso do mundo, reservas que podem ser investidas não no desenvolvimento econômico, mas também no social.

Se Cuba tem podido fazer o que tem feito na educação, na saúde, na cultura, na ciência, no esporte e em outras esferas sociais, com êxito que ninguém no mundo questiona, apesar do bloqueio econômico que já dura quatro décadas, e, ademais, tem revalorizado sete vezes sua moeda nos últimos anos, em relação ao dólar, isso foi possível pelo privilégio de não pertencer ao Fundo Monetário Internacional. Um sistema financeiro que obriga os países a manter congelados tão volumosos recursos de que necessitam desesperadamente para proteger-se da instabilidade gerada pelo próprio sistema e propicia que os pobres financiem os ricos é um sistema que deve ser demolido. O Fundo Monetário Internacional é a organização emblemática do atual sistema monetário. Nela, os Estados Unidos desfrutam de poder de veto sobre suas decisões. Na recente crise financeira, o FMI demonstrou imprevisão, manejo torpe da crise uma vez iniciada, e imposição de suas cláusulas de condicionalidade que paralisam as políticas de desenvolvimento social dos governos, lhes criam graves problemas internos e lhes impedem de obter os recursos necessários nos momentos que mais os necessitam.

## A dívida externa já foi paga

Já é hora de que o Terceiro Mundo demande com energia a demolição de um organismo que não oferece estabilidade à economia mundial e que funciona não para entregar fundos preventivos aos devedores e evitar crises de liquidez, senão para proteger e resgatar os credores. Que racionalidade ou que ética pode haver numa ordem monetária internacional que permite a uns técnicos, cujos cargos dependem do apoio norte-americano, planejar em Washington, programas de ajuste econômico sempre iguais para ser aplicados à enorme variedade de países e de problemas concretos do Terceiro Mundo? Quem assume a responsabilidade quando os programas de ajuste ocasionam caos social, paralisam e desestabilizam países com grandes recursos humanos e naturais, como aconteceu na Indonésia e no Equador? Para o Terceiro Mundo é de vital importância fazer desaparecer esta sinistra instituição e a filosofia que

representa e substituí-la por um órgão regulador das finanças internacionais que funcione sobre bases democráticas e sem poder de veto para ninguém, que não seja um defensor exclusivo dos credores ricos, que não imponha condições ingerencistas e permita regular os mercados financeiros para frear a especulação desenfreada. Uma forma possível para fazer isto seria estabelecer um imposto, não de 0,1%, como propôs o genial Tobin, mas de 1% no mínimo às transações financeiras especulativas, que permitiria criar, ademais, um volumoso e necessário fundo, superior ao milhão de milhões de dólares por ano, para o verdadeiro, sustentável e integral desenvolvimento do Terceiro Mundo.

A dívida externa dos países subdesenvolvidos assombra pelo montante gigantesco, pelo escandaloso mecanismo de submissão e exploração que implica e pela ridícula forma proposta pelos países desenvolvidos para fazer-lhe frente. Essa dívida supera já os US\$ 2,5 bilhões e tem tido na década atual um crescimento ainda mais perigoso que o dos anos 70. Uma grande parte dessa nova dívida pode mudar de mãos com facilidade nos mercados secundários; está mais dispersa e é mais difícil de renegociar.

Uma vez mais devo repetir o que desde 1985 vimos expondo: a dívida já foi paga, se se levar em conta os termos em que foi contrída; o vertiginoso e arbitrário crescimento das taxas de juros do dólar na década anterior e as quedas de preços dos produtos básicos, fonte fundamental de receitas dos países que ainda estão por desenvolver-se. A dívida continua alimentando-se a si mesma num círculo vicioso onde se pede emprestado para poder pagar os juros. Hoje é mais evidente que nunca que a dívida não é um problema econômico, mas político e, portanto, exige uma solução política. Não se pode continuar ignorando que se trata de um assunto cuja solução tem de vir fundamentalmente de quem tem os recursos e o poder para isso: os países ricos.

A chamada Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados tem nome comprido e resultados muito curtos. O único qualificativo que merece é o de ridícula, pois se propõe aliviar 8,3% da dívida total dos países do Sul e, a quase 4 anos de atividade, só 4 países dos 33 mais pobres alcançaram passar o complicado processo e tudo para cancelar a insignificante cifra de US\$ 2,700 milhões, que é 33% do que cada ano se gasta nos Estados Unidos somente em cosméticos.

A dívida externa é hoje um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento e mais uma bomba pronta para explodir sob os alicerces da economia mundial em qualquer conjuntura de crise econômica.

Os recursos necessários para uma solução de fundo deste problema não são grandes, comparando-se com as riquezas e os gastos dos países credores. Só em financiar armas e soldados, quando já não há guerra fria, se gastam anualmente US\$ 800 bilhões, não menos de US\$ 400 bilhões em drogas, estupefacientes e ademais, US\$1 trilhão em publicidade comercial

tão alienante como as próprias drogas, para citar só três exemplos. Como já referimos outras vezes com sincero realismo, a dívida externa do Terceiro Mundo é impagável e incobrável.

O comércio mundial continua sendo e o será cada vez mais, sob a globalização neoliberal, instrumento de domínio dos países ricos, fator de perpetuação e acentuação de desigualdades e cenário de forte pugna entre os países desenvolvidos para controlar os mercados do presente e do futuro. O discurso neoliberal recomenda a liberalização comercial como fórmula única e absoluta para alcançar a eficiência e o desenvolvimento. Segundo ela, todos os países devem eliminar os instrumentos de proteção de seus mercados internos e as diferenças de desenvolvimento entre países, por grandes que sejam, não justificariam o desvio do caminho que pretende apresentar sem outra alternativa possível. Aos países mais pobres só se lhes reconhece, depois de árduas negociações na OMC, alguma pequena diferença nos prazos para entrar plenamente nesse nefasto sistema. Enquanto o neoliberalismo repete o discurso sobre as oportunidades que oferece a abertura comercial, o peso dos países subdesenvolvidos nas exportações mundiais era inferior em 1998 ao de 45 anos atrás, em 1953. O Brasil com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 168 milhões de habitantes, e US\$ 51,1 milhões em exportações em 1998 exporta muito menos que a Holanda com 41.500 quilômetros quadrados, 15,7 milhões de habitantes, e US\$ 198,7 milhões em exportações nesse mesmo ano. A liberalização no comércio tem consistido, no essencial, numa eliminação unilateral de instrumentos de proteção por parte do Sul sem que os países desenvolvidos tenham feito o mesmo para permitir a entrada a seus mercados das exportações do Terceiro Mundo.

Os países ricos têm impulsionado a liberalização em setores estratégicos vinculados ao domínio tecnológico, nos quais desfrutam de enormes vantagens que o mercado sem regulamentação se encarrega de acrescentar. São os casos clássicos dos serviços, da tecnologia da informação, da biotecnologia e das telecomunicações. Em troca, setores como a agricultura e os têxteis, de grande importância para nossos países, não têm conseguido eliminar as restrições já acordadas durante a Rodada Uruguai porque não correspondem aos interesses dos países desenvolvidos. Nos países da OCDE, o clube dos mais ricos, o imposto alfandegário médio aplicado às exportações de manufaturas dos países subdesenvolvidos é quatro vezes maior que o que se aplica aos próprios países desse clube. Contra os países do Sul se levanta uma verdadeira muralha de barreiras não-alfandegárias. Instaurou-se no comércio internacional um discurso hipócrita ultraliberal que se combina com um protecionismo seletivo imposto pelos países do Norte.

Os produtos básicos continuam sendo o elo mais fraco no comércio mundial. Para 67 países do Sul, estes produtos representam não menos de 50% de suas receitas por exportação. A onda neoliberal varreu com os esquemas de-

## INTERNACIONAL

fensivos da relação de intercâmbio dos produtos básicos. O supremo ditame do mercado não podia tolerar distorção alguma e, portanto, os Convênios de Produtos Básicos e outras fórmulas defensivas para combater o intercâmbio desigual foram abandonadas. É por isso que produtos como o açúcar, o cacau, o café e outros similares têm hoje um poder aquisitivo equivalente a 20% do que tinham em 1960 e não alcançam sequer a cobrir os custos de produção.

O trato especial e diferenciado aos países pobres, que é o reconhecimento não só de enormes diferenças no desenvolvimento que impedem a aplicação de igual medida para ricos e pobres, mas também de um passado histórico colonial que exige compensação, tem sido conceituado não como um ato de justiça elementar e uma necessidade que não se pode ignorar, mas como um exercício temporal de caridade.

A fracassada reunião de Seattle expressou o cansaço e a oposição que a política neoliberal provoca em crescentes setores de opinião nos países do Sul e do próprio Norte. Os Estados Unidos apresentaram a Rodada de Negociações Comerciais que devia partir de Seattle como um degrau superior na liberalização comercial, sem preocupar-se e, talvez, sem perceber, com a vigência de sua agressiva e discriminatória Lei de Comércio Exterior que inclui disposições como a chamada "Super-301" que é um mostruário de discriminação e ameaças de sanções a outros países por razões que vão desde a suposta aplicação de barreiras a produtos norte-americanos até a arbitrariedade, interesseira e muitas vezes cínica qualificação que esse governo quer dar a outro sobre o tema dos direitos humanos. Em Seattle ocorreu uma sublevação contra o neoliberalismo, que teve um antecedente no rechaço às tentativas para impor o Acordo Multilateral de Investimentos. São expressões de que o agressivo fundamentalismo de mercado, que tem ocasionado volumosas perdas a nossos países, está levantando uma forte e merecida rechaço mundial.

#### Bilhões de pessoas famintas de pão e justiça

Somando-se às calamidades econômicas referidas, os altos preços que em certas ocasiões alcança o petróleo constituem um fator de substancial piora da situação dos países do Sul que são importadores absolutos deste recurso vital. O Terceiro Mundo subministra ao redor de 80% do petróleo que se comercializa em nível mundial e desse total 80% se exporta para os países desenvolvidos.

Os países ricos podem pagar qualquer preço pela energia que desperdiçam para sustentar consumos suntuosos e destruir o equilíbrio ecológico. Os Estados Unidos consomem anualmente 8,1 toneladas de petróleo por habitante, enquanto os países do Terceiro Mundo consomem uma média de 0,8 de tonelada e, deles, os 48 mais pobres só 0,3. Quando os preços sobem abruptamente de 12 a 30 dólares por barril, ou ainda mais, seu efeito é devastador sobre os países do Terceiro Mundo, somando-se aos impactos negativos que sobre eles já pesam a dívida externa, os baixos preços de seus produtos básicos, as crises financeiras e o intercâmbio desigual. Um

novo intercâmbio dessa natureza, desta vez com seus próprios irmãos do Sul, surge demolidoramente.

O petróleo é um produto tão vital e de necessidade universal, que na realidade escapa às leis do mercado. Seu preço, de uma ou de outra forma, foi sempre decidido pelas grandes multinacionais ou pelos próprios países do Terceiro Mundo, exportadores de petróleo, associados em defesa de seus interesses. Os preços baixos beneficiam fundamentalmente os países ricos e grandes esbanjadores de combustível. Limitam, por sua vez, a busca e exploração de novas jazidas, o desenvolvimento de tecnologias que reduzem o consumo e protegem o meio ambiente e afetam os exportadores de nosso mundo. Os altos preços beneficiam os exportadores, são facilmente suportáveis pelos países ricos, mas em troca, são desesperadores e destrutivos para a economia de grande parte do Terceiro Mundo. Este é um bom exemplo de que, no comércio mundial, o tratamento diferenciado para países em condições desiguais de desenvolvimento deve constituir um princípio justo e imprescindível. É absolutamente injusto que Moçambique, um país pobre do Terceiro Mundo, com US\$ 84 de PIB per capita, tenha de pagar por um produto tão vital o mesmo preço que a Suíça, com US\$ 43.400 per capita: 516 vezes mais que Moçambique! O Pacto de São José, concertado há 20 anos pela Venezuela e o México com um grupo de pequenos países da área, importadores de petróleo, é um bom precedente do que se pode e se deve fazer, levando em conta as condições particulares de cada um dos países do Terceiro Mundo em circunstâncias similares, ainda que evitando, desta vez, condicionamento algum pelo tratamento diferenciado que recebem. Alguns não estão em condições de pagar mais de 10 dólares por barril, outros mais de 15 e, nenhum mais de 20 dólares. O mundo dos países ricos, esbanjador e consumista, pode, em troca, pagar mais de 30 dólares por barril sem que se afete. Se os países ricos consumem 80% do que exportam os produtores do Terceiro Mundo, um preço inferior para os 20% restantes ficaria vantajosamente compensado. Seria uma forma concreta e efetiva de converter a cooperação Sul-Sul num potente instrumento para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Fazer outra coisa equivaleria a nos devorar a nós mesmos.

No mundo globalizado, onde o conhecimento é a chave do desenvolvimento, a fenda tecnológica entre o Norte e o Sul se afunda mais em condições de crescente privatização da pesquisa científica e de seus resultados. Os países desenvolvidos com 15% dos habitantes do planeta concentram 88% dos usuários da Internet. Só nos Estados Unidos há mais computadores que a soma dos existentes no resto do mundo. Estes países controlam 97% das patentes em nível global; recebem mais de 90% dos direitos de licenças internacionais, enquanto para muitos países do Sul o uso dos direitos de propriedade intelectual é inexistente. O lucro se impõe acima das necessidades na pesquisa privada, os direitos de propriedade intelectual excluem do conhecimento os países subdesenvolvidos e a legislação de patentes não reconhece os conhecimentos nem os sistemas tradicionais de propriedade que são tão importantes no Sul.

A pesquisa privada se concen-

tra nas necessidades dos consumidores ricos. As vacinas são as tecnologias mais eficientes em relação com os gastos no atendimento da saúde, pois são capazes de prevenir a doença com uma dose que se administra uma só vez, mas produzem poucos lucros e são relegadas a respeito de medicamentos que requerem aplicações reiteradas e geram lucros maiores.

Os novos medicamentos, as melhores sementes e, em geral, as melhores tecnologias, formadas mercadorias, têm um preço somente ao alcance dos países ricos.

Os sombrios resultados sociais desta corrida neoliberal para a catástrofe estão claros. Em mais de 100 países, a receita por habitante é inferior ao que era há 15 anos. 1 bilhão e 600 mil pessoas vivem agora pior que nos inícios da década de 80. Mais de 820 milhões de pessoas estão desnutridas e, delas, 790 milhões vivem no Terceiro Mundo. Estima-se que 507 milhões de pessoas que vivem hoje nos países do Sul não passarão dos 40 anos de idade. Duas de cada cinco crianças nos países do Terceiro Mundo, que aqui representamos, sofrem atraso no crescimento e uma de cada três tem baixo peso para sua idade. 30 mil que poderiam se salvar morrem a cada dia; 2 milhões de meninas são obrigadas a exercer a prostituição; 130 milhões não têm acesso à educação básica; enquanto 250 milhões de menores de 15 anos se vêem obrigados a trabalhar para sobreviver. A ordem econômica mundial funciona para 20% da população, mas exclui, rebaixa e degrada o 80% restantes.

Não nos podemos resignar a entrar no próximo século como a retaguarda atrasada, pobre, explorada, vítima do racismo e da xenofobia, impedida de ter acesso ao conhecimento e sofrendo a alienação de nossas culturas pela mensagem estranha e consumista globalizada pela mídia. Para o Grupo dos 77, a hora atual não pode ser de rogatórias aos países desenvolvidos, nem de submissão, derrotismo ou divisões internas, mas de resgate de nosso espírito de luta, da unidade e coesão em torno de nossas demandas. Há 50 anos nos prometem que um dia não haveria abismo entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Prometeram-nos pão e justiça e hoje há cada vez menos pão e menos justiça.

O mundo poderá globalizar-se sob a égide neoliberal, mas é impossível governar bilhões de pessoas famintas de pão e de justiça. As imagens de mães e crianças que vemos em regiões inteiras da África sob o açoite da seca e de outras catástrofes nos lembram os campos de concentração da Alemanha nazista, nos fazem ver de novo as montanhas de cadáveres ou de homens, mulheres e crianças moribundos. É necessário um Nuremberg para julgar a ordem econômica que nos impuseram, que a cada três anos mata de fome e de doenças previsíveis ou curáveis mais homens, mulheres e crianças que todos os que, em seis anos, a Segunda Guerra Mundial matou. Que fazer é o que devemos discutir aqui.

Nós, em Cuba, dizemos: "Pátria ou morte!" Nesta conferência de Cimeira do Terceiro Mundo, nos caberia dizer: ou nos unimos e cooperamos estreitamente, ou nos espera a morte!

\* discurso do presidente dos conselhos de Estado e de Ministros de Cuba na abertura da Cimeira Sul, Havana, 12 de Abril

## Os EUA fomentam e financiam o terrorismo

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Uma campanha midiática de âmbito mundial apresenta os EUA como o campeão do combate ao terrorismo. A figura dos "estados bandidos ou terroristas", criada pela Casa Branca, é invocada para justificar agressões imperiais e impor sanções a países como o Irã, a Líbia e o Iraque.

Essa campanha inverte a realidade. Os EUA são, no limiar do século XXI, o grande responsável, em nível de Estado, pela expansão do terrorismo no mundo e o seu principal financiador.

Existe hoje documentação abundante que permite avaliar o envolvimento de organizações oficiais norte-americanas na criação, treino e financiamento de grupos cujas atividades criminosas eram apresentadas como serviços prestados à causa da democracia. Desde que Reagan qualificou os "contra" nicaraguenses de "combatentes da liberdade e continuadores de Bolívar", a galeria de terroristas promovidos a heróis pelo imperialismo alargou-se. Nela cabe uma escória que vai da máfia anticubana de Miami a grupos que na Rússia fazem da violência o alicerce de campanhas separatistas.

Na Colômbia, Washington não esconde a sua simpatia pela ação dos bandos paramilitares de Castaño. O chefe desse grupo terrorista é elogiado pela "eficácia" com que luta contra a guerrilha das FARC, de Marulanda. Na realidade, os bandos de Castaño desenvolvem atividades de genocídio. Têm assassinado milhares de camponeses, e destruído dezenas de aldeias. As suas milícias paramilitares recebem armamento do Exército, mas o financiamento é norte-americano.

No que se refere ao Afeganistão, os EUA aparecem como responsáveis pela montagem da maior "escola" de terroristas do mundo contemporâneo. Logo no início da Revolução Afegã, a CIA criou nos acampamentos do Paquistão cursos de formação de terroristas. Estive presente, em Kabul, no ano 86, em conferências de imprensa durante as quais foram apresentados alguns "especialistas", prisioneiros. As "escolas" da Hesbe Islami, de Hekmatyar, ficaram famosas pela "qualidade dos seus operacionais".

Mais tarde, os Taliban, quando recebiam apoio político e ajuda financeira de Washington, também prepararam muitos quadros terroristas.

Essa gente ficou, quase de repente, desempregada. Os operacionais afegãos espalharam-se então, como vaga de gafanhotos, pelo mundo islâmico. Instalaram-se no Oriente Médio, no Egito, no Magreb, sobretudo na Argélia. Apareceram na Europa, nos EUA. A avaliação do papel que

desempenharam na rápida ascensão do fundamentalismo islâmico está por se fazer.

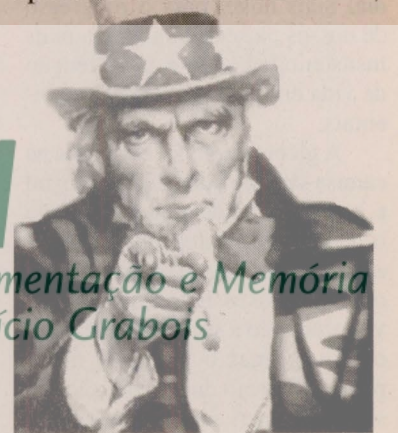
Um relatório secreto dos serviços de contra-espionagem da França (DST) confirma que a "conexão afegã" foi o motor da radicalização islamista, da fronteira do Sinkiang-Uigur chinês ao Marrocos. Os "afegãos" desempenharam também tarefas importantes na Bósnia, e mais tarde no Kosovo. Admite-se que o total de "veteranos" afegãos no mundo seja hoje superior a 10 mil.

Quando em Washington se percebeu que a geração de terroristas que a CIA havia forjado para combater a Revolução Afegã tinha se tornado incontável era tarde. O bombardeamento da fábrica do integrista árabe Osama Bin Laden no Afeganistão foi um ato de hipocrisia. Sabe-se hoje, aliás, que existem ligações íntimas entre os grupos afegãos e a máfia albano-kosovar que controla nos Balcãs o narcotráfico. O Afeganistão, é um dos maiores produtores de ópio, fonte da heroína.

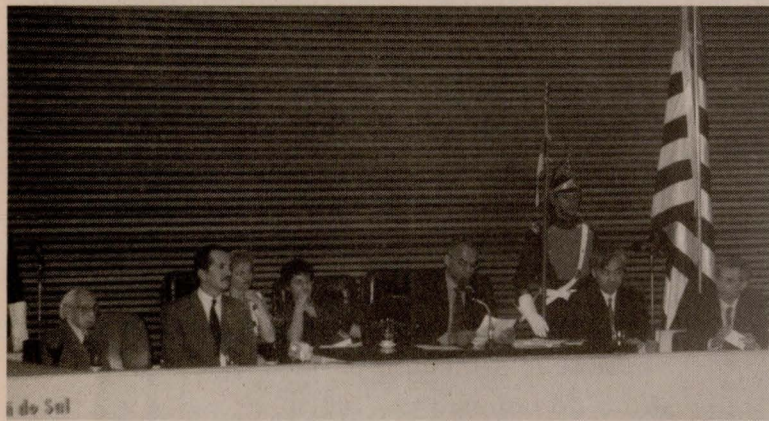
Nos anos que precederam a agressão à Iugoslávia, o governo dos EUA difundiu uma imagem falsa do ELK, apresentando os seus membros como patriotas que lutavam pela liberdade do Kosovo. O Departamento de Estado tinha provas de que se tratava de uma organização terrorista ligada ao narcotráfico. Os EUA armaram e financiaram o ELK e trataram-no como aliado preferencial.

A Anistia Internacional responsabiliza esse aliado por "assassinatos, seqüestros, ataques violentos, intimidações e incêndios de casas diários". Um relatório da ONU acusa o Corpo de Proteção do Kosovo (o novo nome adotado pelo ELK) de "atividades criminosas, assassinatos, maus tratos e torturas, policiamento ilegal, abuso de autoridade, intimidação, quebra de neutralidade política e incitamento ao ódio."

O presidente Clinton insiste enfaticamente no empenhamento dos EUA em combater o terrorismo por identificar nele uma ameaça à humanidade. Mas os fatos provam que os EUA são o principal responsável pela expansão do terrorismo. A política externa dos EUA, pela sua agressividade, farisaísmo e ambição imperial configura a maior ameaça à humanidade desde a época do III Reich alemão.



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



Maurício Morais

Mesa da sessão solene da Assembléia Legislativa paulista

## Homenagem ao Vietnã

**A** bancada do PCdoB na Assembléia Legislativa de São Paulo e o Consulado Vietnamita realizaram sessão solene em comemoração aos 25 anos de libertação do Vietnã do Sul e os 110 anos de nascimento do líder vietnamita, Ho Chi Minh. O ato aconteceu no dia 5 de maio, no plenário Juscelino Kubitschek. A sessão contou com a presença dos consulados da Armênia, Colômbia, China e Cuba. Estiveram presentes várias personalidades e lideranças de entidades, entre elas o presidente do PCdoB, João Amazonas, e o presidente da União Nacional dos Estudantes, Wadson Ribeiro, os deputados do PCdoB, Aldo Rebelo (federal), Nivaldo Santana e Jamil Murad (estaduais).

O secretário de Relações Internacionais do PCdoB, José Reinaldo de Carvalho, saudou o povo do Vietnã em nome do Partido: "O triunfo do povo vietnamita na guerra de libertação nacional contra as tropas de ocupação do imperialismo norte-americano foi uma façanha de dimensões históricas, um feito formidável de um povo irredento, amante da liberdade, cioso de sua independência e sedento de prosperidade. Com assombroso heroísmo, com sobressalto do espírito revolucionário, com a luz da consciência, os vietnamitas foram capazes de expulsar de seu território a mais poderosa e também a mais cruel máquina de guerra de todos os tempos – o exército do imperialismo norte-americano."

Para o líder do PCdoB na As-

sembléia Legislativa, Nivaldo Santana, a sessão solene "rememorou uma das mais significativas vitórias da luta antiimperialista mundial. A derrota dos Estados Unidos e seus aliados, concluída em 30 de abril de 1975, foi celebrada em todo o mundo pelos povos amantes da paz, da autodeterminação e da soberania nacional".

O cônsul geral do Vietnã, Nguyen Van Tich, agradeceu a homenagem dos brasileiros: "Como um povo da longa tradição humanista e pacífica, nós vietnamitas estamos lutando pela solidariedade e amizade entre os povos. O Vietnã quer ser amigo de todos os países da comunidade mundial na luta pela paz, independência e desenvolvimento. Esse é o essencial da nossa política exterior. Hoje, o Vietnã tem estabelecido relações diplomáticas com 167 países, entre eles, todos os países grandes e centros políticos e econômicos principais do mundo, tem participado ativamente dos organismos regionais e internacionais, especialmente na ONU, é membro ativo do Movimento dos Países Não-Alinhados, do Grupo dos 77, da ASEAN, dos Fóruns APEC e ASEM, etc."

Hoje, o Vietnã conta com grande patrimônio de vitórias, defende com firmeza sua independência, elabora diretrizes econômicas e sociais voltadas para a estabilidade e o bem-estar do povo. O país e as massas trabalhadoras caminham para o socialismo, enfrentando uma conjuntura internacional complexa e repleta de obstáculos.

## Crime contra o Iraque

**H**á dez anos o Iraque está submetido a um sufocante embargo econômico que estrangula o país, mata o povo de fome e as crianças de doenças típicas da desnutrição e dos efeitos de uma guerra sangrenta que violou a soberania de um país milenar, berço da civilização nascida na antiga Mesopotâmia. Desde agosto de 1990, o governo dos Estados Unidos, impondo-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, impede o Iraque de exercer sua soberania e realizar operações comerciais com quem bem entender. Por pressão dos Estados Unidos, o Brasil deixou de comprar petróleo iraquiano e o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma demonstração cabal de servilismo às diretrizes americanas ao manter fechada em Bagdá nossa representação diplomática. Atualmente, 51 nações têm diplomatas no Iraque – do Vaticano à Turquia, de Portugal à Venezuela, da França à Itália. Até os Estados Unidos, mesmo depois de agredirem a soberania do Iraque, mantêm em Bagdá uma Seção Encarregada dos Interesses Americanos.

Um estudo epidemiológico di-

vulgado pelo governo do Iraque informa que cresceu a níveis assustadores o índice de mortalidade de crianças e idosos depois da agressão americana. As mortes de crianças por pneumonia e doenças respiratórias cresceram de 179 em janeiro de 1989, ou seja, antes do bombardeio químico, para 3.464 em janeiro de 2000 – um aumento de 1.835%. A incidência de tumores malignos entre pessoas com mais de 50 anos subiu, no mesmo período, de 247 para 1.728 – um aumento de 1.153%.

A própria Unicef, organização da ONU para a Infância, avaliza os dados. Uma pesquisa feita pela instituição com 30 mil famílias revelou que na região centro-sul, que concentra 85% da população de 21 milhões de habitantes do Iraque, a taxa de mortalidade anual de crianças de até 5 anos, nascidas vivas, subiu de 56, no período de 1984 a 1989, para 131 nos anos de 94 a 99. Dobrou. Em números absolutos, os dados indicam que em dez anos morreram meio milhão de crianças iraquianas por causa do embargo econômico e das seqüelas da guerra bacteriológica. Um crime de lesa-humanidade.

### FORMAÇÃO

# O Estado e a Revolução – Lenin

NEREIDE SAVIANI\*

## 4 O Estado Socialista – substituição do Estado Burguês pelo Estado Proletário

### 4.1. Quebrar a máquina de Estado burguês

■ O proletariado não pode derrubar a burguesia sem antes conquistar o poder público (alcançar o domínio político) e transformar o Estado em "proletariado organizado como classe dominante":

- tal substituição se dá pela **destruição** do poder de Estado burguês pelo proletariado.

### 4.2. O que colocar no lugar (a exemplo da experiência da Comuna de Paris):

■ Democracia mais completa – converter a democracia burguesa em democracia proletária, substituindo as instituições por outras de tipo fundamentalmente diferente:

- supressão do exército permanente;
- plena elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos (inclusive os judiciais, que, no Estado burguês, gozam de aparente independência);
- abolição de todos os gastos de representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários;
- redução dos vencimentos de todos os funcionários do Estado ao nível do salário operário.

■ Substituição do parlamentarismo por formas verdadeiramente representativas da maioria:

- não supressão das instituições representativas e da elegibilidade;
- sim transformação dessas instituições – de lugares de charlatância em instituições "de trabalho."

Anotar medidas e procedimentos da Comuna de Paris que exemplificam a substituição do Estado burguês pelo proletário, a partir dos comentários/transcrições de Lenin sobre as análises de Marx – Capítulo III.

### 4.2. Revolução e ditadura do proletariado

■ A luta de classes:

- existência de classes – fenômeno histórico, ligada a fases determinadas do desenvolvimento da produção;
- a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado;
- ditadura do proletariado – transição para uma sociedade sem classes.

■ A revolução:

- as classes hostis da sociedade movem-se em constante luta, cujo ponto culminante é a luta armada;
- a revolução faz a ruptura com a velha sociedade, a destruição do aparelho de Estado, a quebra de formas políticas petrificadas;

■ O proletariado:

- luta para manter-se como dominante, garantindo para si a liberdade e a participação política e social.
- busca o domínio político para a

● a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é impossível sem a revolução violenta.

### A ditadura do proletariado

a) democracia x ditadura:

■ A democracia burguesa não é idêntica à subordinação da minoria à maioria, mas sim a organização para exercer a violência de uma parte da população sobre outra; significa igualdade, mas igualdade formal:

- democracia burguesa é ditadura;
- democracia para os burgueses (a minoria);
- ditadura para o proletariado e trabalhadores em geral (a maioria);
- tal ditadura manifesta-se nos mecanismos de restrições, exclusões, exceções, obstáculos aos pobres: direito eleitoral/técnicas das instituições representativas/obstáculos efetivos ao direito de reunião; organização puramente capitalista da imprensa...

Comente a seguinte formulação: "As formas dos estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise, todos estes estados são, de uma maneira ou de outra, mas necessariamente, uma **ditadura da burguesia**." (p. 245 – grifo de Lenin)

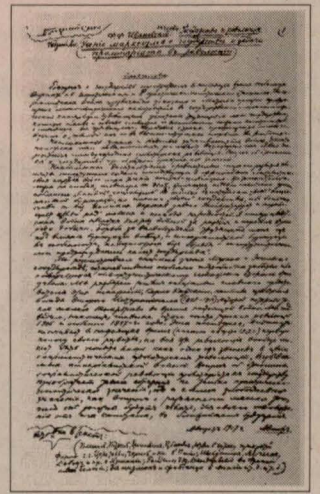
■ Ditadura do proletariado – a verdadeira democracia:

- democracia para os trabalhadores (a maioria);
- tal democracia expressa-se na ampliação da participação política e social das massas, na eliminação dos privilégios, na substituição do exército permanente pela população armada...
- a ditadura explica-se pela necessidade de impedir, pela força, a resistência dos exploradores que perderam o poder e que buscam recuperá-lo.

Comente, agora, esta outra formulação (considerando o comentário da anterior): "A transição do capitalismo para o comunismo não pode naturalmente deixar de dar uma enorme abundância e variedade de formas políticas, mas a sua essência será necessariamente uma só: a **ditadura do proletariado**." (p. 245 – grifo de Lenin)

b) Ditadura das classes exploradoras x ditadura do proletariado:

- As classes exploradoras:
- buscam o domínio político para a manutenção da exploração (pela economia capitalista, por exemplo);
- submetem a maioria trabalhadora à minoria detentora dos meios de produção;
- lutam para manter-se como dominantes, garantindo para si a liberdade e a participação política e social.
- O proletariado:
- busca o domínio político para a



organização da economia socialista – a socialização – dos meios de produção;

- liga-se às massas populares, dirigindo-as rumo à completa extinção da exploração do homem pelo homem;
- visa à libertação de toda a humanidade, à superação das contradições, à extinção das classes.

c) a ditadura do proletariado e a superação da democracia:

■ Incrementando-se a propriedade coletiva dos meios de produção, ampliando-se cada vez mais a participação popular nas diferentes esferas da vida política e social, eliminando-se os vestígios da "ordem" burguesa, tenderão a tornar-se supérfluos:

- o princípio da subordinação da minoria à maioria;
- a necessidade da violência sistematizada e organizada;
- a exigência de um órgão de dominação;
- assim como se torna supérfluo um Estado representante de toda a sociedade, supérflua será a democracia enquanto igualdade formal, cedendo lugar à igualdade de fato.

Comente: "Democracia significa igualdade (...). Mas (...) apenas igualdade formal. E imediatamente depois da realização da igualdade de todos os membros em relação à propriedade dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho, a igualdade do salário, levantar-se-á inevitavelmente perante a humanidade a questão de avançar para a igualdade de fato, isto é, para a realização da regra: 'de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades'.." (p. 289 grifos de Lenin)

### 4.3. A questão nacional

■ Superioridade do Estado unitário sobre o Estado federativo e, por conseguinte, da República unitária, centralizada, sobre a República federativa:

- poder centralizado;
- auto-administrações locais, com funcionários eleitos por sufrágio universal (não nomeados pelo Estado);
- Defesa do centralismo democrático, em oposição ao centralismo burocrático.



# O centenário de Gilberto Freyre

O ano 2000 registra dois momentos importantes de nossa história: os 500 anos da chegada dos portugueses e o centenário do nascimento de Gilberto Freyre. No primeiro foram lançadas as bases da colonização portuguesa, alicerce sobre o qual formou-se a nação e o Estado brasileiro; no segundo, nascia um brasileiro, que 33 anos depois, através de sua obra, ponto de partida para uma revalorização da tradição nacional, iria mudar a imagem que o Brasil fazia de si mesmo, invertendo o sentido que se emprestava à idéia de mestiçagem.

Era o ano de 1933, da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. O Brasil tateava em busca de suas identidades. Identidade de povo e identidade de nação. O Brasil daqueles anos queria ser Europa, queria ser branco. Para alguns, éramos um caso quase perdido. Não tivéramos a fortuna da colonização inglesa, holandesa ou francesa.

O desconforto com as cores do Brasil era tamanho que, a partir das doutrinas sobre a inferioridade biológica de negros e índios, esposadas pelo sociólogo baiano Nina Rodrigues, pelos influentes críticos Silvio Romero e José Veríssimo e pelo sociólogo Oliveira Viana, a elite do país acreditava que a mestiçagem condenava o Brasil ao fracasso.

A nenhum deles foi possível safar-se do pessimismo da encruzilhada de raças que nos fizera população mas nos negara fisionomia e identidade de povo. Os mais otimistas fundavam suas esperanças na possibilidade do embranquecimento, espécie de conspiração que levasse para a clandestinidade da pele o que já estava irremediavelmente presente no sangue.

*Casa-grande & senzala* saiu em 1933, nesse ambiente de treva que nublava a ciência social. A Revolução de 30 empreendia uma etapa modernizadora do Brasil, abrindo caminho para novas

idéias e debates sobre a formação e a identidade do povo brasileiro, mas ainda sobreviviam discursos conservadores, quase niilistas, que nos embotavam como nação.

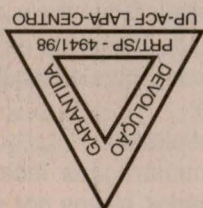
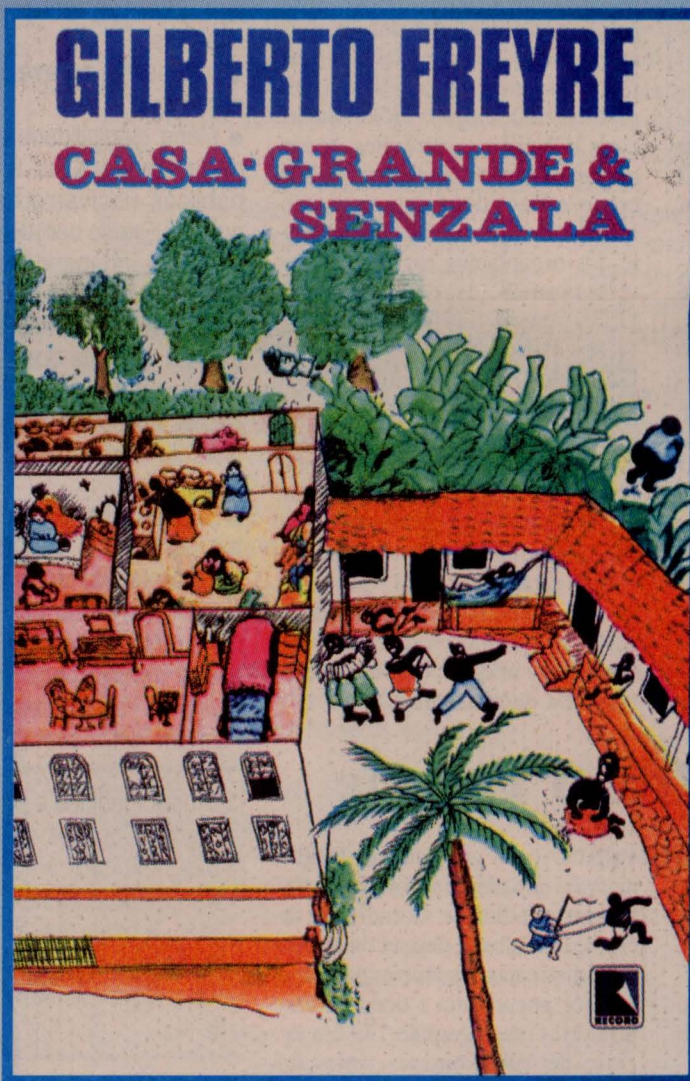
*Casa-grande & senzala* rompeu com este mito e valorizou sobremaneira a importância do índio e do negro na formação do povo brasileiro. Anos mais tarde, um de seus maiores admiradores, que é também um dos mais audaciosos intérpretes do Brasil, Darcy Ribeiro, sentenciou: "Mestiço é que é bom" – até porque a mistura de raças é a mais eficaz arma de combate ao racismo.

Gilberto Freyre surge aí com a temeridade dos heróis e a pureza dos santos, justamente ele, antípoda de santo e de herói, para tornar exaltação o que era lamento; em virtude, o defeito; em harmonia a deformidade; em promessa a negação; em orgulho a ser ostentado o que a vergonha ordenava ocultar. De uma massa de população majoritariamente mestiça Freyre erigiu um povo. O triste trópico vira uma nação alegre e inventiva, e de ambos surge uma civilização arrojada, promessa, por si só, de dias melhores.

Ao celebrarmos os 500 anos deste grande país, bem maior e generoso que certas comemorações mais voltadas para os defeitos que para as qualidades, podemos nos valer de antigas respostas de Gilberto Freyre para falsas questões que teimam em parecer novas.

Nestes tempos difíceis, de ameaças à soberania da nação e de pressão sobre nossa identidade nacional e cultural, suas páginas, como que encantadas em sociologia, história, literatura, psicologia social, desencantam-se em exército combatente, marchando para o duelo de vida e de morte em defesa do orgulho nacional, da esperança e dos sonhos do Brasil e do seu povo. Graças à sua obra, deixamos de nos sentir uma nação condenada ao subdesenvolvimento e à miséria para crermos no futuro grandioso a que nos destinamos.

\* jornalista, deputado federal por São Paulo - PCdoB



IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista  
Tel.: 0 11 3104 4140  
CDM  
A CLASSE OPERÁRIA  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois